

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 004

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gauchó - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/ PSC - 05: Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 003ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
21 DE FEVEREIRO DE 2000**

(segunda-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 112

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto

Plenário, a retirada da Ordem do Dia de hoje, do Projeto de Lei nº 605/99, para que a Comissão de Segurança Pública possa apresentar parecer sobre o mesmo.

Sala das Sessões, em 21.02.2000.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 126

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o disposto no artigo 54, XVIII, c/c o artigo 77, § 2º, II, da Constituição Estadual e ainda o artigo 128, §§ 1º - 8º, c/c com o artigo 216 - 223 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, REQUER, a manifestação da Assembléia Legislativa, através da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, acerca da abertura dos prazos necessários para inscrição de candidatos para provimento do Cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, vaga destinada à indicação do Poder Legislativo, nos termos do artigo 53 das "Disposições Constitucionais Transitórias" c/c Artigo 54, XVIII, e Artigo 77, § 2º, II, da Constituição do Estado do Paraná, e a constituição de Comissão Especial para atender o disposto no artigo 216 e ss. do Regimento Interno. E requer ainda nos termos do artigo 128, § 4º do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 21.02.2000.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 101

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de pesar, para a família da Senhora Alice Pinotti, falecida no último dia 16 de fevereiro, no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 21.02.2000.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 103

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de votos de pesar à família do Senhor Alécio Colognesi, por seu falecimento ocorrido no dia 18.02.2000, em Ibiporã.

Sala das Sessões, em 21.02.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 113

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Rubens Novicki, servidor desta Casa de Leis, que ocorreu no último dia 18 de fevereiro.

Requer ainda que do presente se dê ciência aos familiares, através de correspondência a ser encaminhada, Rua Rio Grande do Sul, 453, Ap. 24-B, Água Verde, CEP 80620-080, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 21.02.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 119

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada do Comunicador Mário Vendramel, falecido em data de 08 de fevereiro de 2000, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 21.02.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em data de 08 de fevereiro do corrente, nesta Capital, o comunicador Mário Vendramel, aos 67 anos de idade.

Paulista de Presidente Prudente, Mário Vendramel tornou-se símbolo do nosso Estado, que o adotou na década de 50, quando começou, garoto ainda, como locutor esportivo no rádio.

Mário Vendramel, sempre se dedicou à comunicação: foi locutor, narrador de radionovela, animador de auditório. Foi precursor dos programas de auditório no rádio brasileiro - nos anos 50 e 60 comandou o Programa "Expresso das Quintas" na Rádio Clube, antiga PRB2. No final da década de 60, transferiu-se para o Canal 12, atual TV Paranaense, onde se firmou como animador de auditório, apresentando um show de calouros ao vivo com gincanas e sorteios, ornamentado pela presença das "marietes", dançarinas que sempre acompanhavam o apresentador, uma versão paranista das "chacretes" do "Velho Guerreiro", Abelardo Barbosa.

O Programa Mário Vendramel também foi atração das tardes de sábado na TV Iguaçu - Canal 4 por mais de 10 anos, para o qual foi pessoalmente várias vezes atrás de patrocínio. O Programa ainda teve uma temporada na atual CNT, então Rede OM, mas saiu do ar em março de 1992. Foi o programa local de maior longevidade até hoje, tendo ficado no ar por 24 anos. Depois disso Mário Vendramel passou a fazer shows nos bairros da nossa Capital, promovidos pela Prefeitura Municipal, mas teve sua carreira encerrada pelo agravamento de seus problemas de saúde.

Mário Vendramel, homem de uma bondade muito grande, bem humorado, foi casado duas vezes, teve quatro filhos e cinco netos. Deixou no nosso Estado uma grande saudade e será sempre lembrado por todos os que o conheceram.

À família enlutada, os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 120

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada da Sra. Delcy D'Ávila, atriz, ocorrido em data de 25.12.99, em nossa Capital.

Sala das Sessões, em 21.02.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta Capital, em data de 25.12.99, a Sra. Delcy Franco D'Ávila, atriz paranaense.

Viúva recente do também ator paranaense Edson D'Ávila, ela deixou quatro filhos: Edna D'Ávila, Suzy Franco D'Ávila, Saul Franco D'Ávila e Jane Franco D'Ávila e seis netos.

Nascida no Rio Grande do Sul, fez muito sucesso ao longo dos anos nos palcos do nosso país onde com certeza vai deixar saudades.

Participou em diversos filmes nacionais e novelas que emocionaram o público, além de diversas peças. Recebeu muitos prêmios como reconhecimento pela sua carreira. Seu brilhante trabalho e sua trajetória está expressa no Curriculum que neste anexamos.

À sua família enlutada, os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 121

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada do Sr. Edson D'Ávila, ator e radialista ocorrido em 13.12.99 em nossa Capital.

Sala das Sessões, em 21.02.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta Capital, em data de 13.12.99, vítima de problemas de saúde, o Sr. João Augusto Manoel D'Ávila, mais conhecido como Edson D'Ávila. Era radialista, professor e ator.

Deixou viúva, na ocasião, a Sra. Delcy D'Ávila e deixou ainda muitas saudades nos paranaenses que, acostumados à sua voz e à sua pessoa, ficam com uma lacuna impossível de preencher.

Edson D'Ávila, que iniciou sua carreira artística em 1941 no Rio Grande do Sul, fez inúmeros trabalhos artísticos que gravaram seu nome não só do nosso Estado, mas do nosso país.

Participou em diversos filmes nacionais e novelas que emocionaram o público. Foi um grande defensor da classe artística do Brasil, durante sua longa trajetória pelos palcos do nosso país. Seu brilhante trabalho e sua trajetória está expressa no Curriculum que neste anexamos.

À sua família enlutada, os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 116

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Município de Campo Largo, pela comemoração de seus 129 anos de emancipação política.

Sala das Sessões, em 21.02.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em data de 23 de fevereiro, o Município de Campo Largo estará em festa, pois comemora 129 anos de emancipação política.

Atualmente conhecida pela sua tradição nos setores cerâmico e moveleiro, Campo Largo, no início de sua colonização, serviu de local de pouso de tropeiros gaúchos em trânsito para São Paulo, e também para a criação de gado.

Apesar do progresso que houve com os colonizadores, o desenvolvimento do município foi mais intenso com a chegada dos imigrantes - principalmente italianos e poloneses - a partir de 1975. Os imigrantes foram cultivando a terra, produzindo alimentos, suas próprias ferramentas, vestuário, utensílios domésticos, construíram casas. E a influência deles está presente nos alimentos (sucos, uva, conservas, salame), artesanato (madeira, móveis), no estilo de igrejas e casas.

Nos primórdios de sua povoação, a cidade era habitada por índios Tinguís, pertencentes aos Tupis, habitantes dos Rios Açugui e Ribeirinha, e pelos Cabelluntos, pertencentes aos Crêns, habitantes dos Rios Passaúna, Verde e Iguaçu. Com a chegada dos brancos, Campo Largo passou a despertar a cobiça de conquistadores, devido às suas reservas de ouro, atraindo então os primeiros aventureiros que acabaram se instalando em Itambé, Purunã, Santa Cruz, Rio Passa Três, São João do Povinho, Pinhal, Botiatuva, Bolinete e outros.

No século XIX, os governantes provinciais fundaram as colônias Açugui, Alice, Antônio Rebouças, Dom Pedro e outras. Em 1814, ocorreu a fundação da cidade, a fim de que nela se estabelecessem as pessoas que o quisessem, sem pensão alguma. O Capitão João Antonio da Costa ofereceu uma imagem de Nossa Senhora da Piedade, que mandaria vir da Bahia em 1816, que hoje é a padroeira de Campo Largo.

Em 12 de março de 1841, pela Lei nº 23, foi elevada à categoria de Distrito Judiciário, pertencente à Comarca de Curitiba, e pela Lei nº 219, de 02 de abril de 1870, foi elevado à categoria de município, com a denominação de Campo Largo da Piedade, mas só obteve seu desmembramento de Curitiba em 23 de fevereiro de 1871.

Sua sede está localizada há 32 km de Curitiba e possui cerca de 86 mil habitantes, com economia baseada nas indústrias cerâmica e moveleira. Somente o setor cerâmico é responsável por 70% do PIB do Município e

gera cerca de 12 mil empregos diretos e indiretos. As indústrias de Campo Largo são responsáveis por 90% da produção nacional de porcelana, 50% da produção nacional de cerâmica eletromecânica e 30% da produção nacional de cerâmica.

Além disso, há indústrias de bebidas, extração de minerais não metálicos, transformação de materiais elétricos e de comunicação e agora o município avança também no setor metalúrgico.

Pela comemoração de seus 129 anos de emancipação política, receba o Município de Campo Largo, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 117

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Município de Araucária, pela comemoração de seus 110 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 21.02.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Araucária, localizado a 27 km de Curitiba, está completando 110 anos.

As primeiras notícias sobre o povoamento de Araucária data, de 1876, devido à corrente imigratória composta em sua maioria por poloneses. Vieram também ucranianos, alemães e sírios. A origem do nome deve-se ao grande número de árvores de araucária que existiam na região.

Em 1890, o local foi desmembrado de Curitiba e São José dos Pinhais, através do Decreto Estadual de 11 de fevereiro de 1890, surgindo assim o Município de Araucária.

Atualmente a cidade possui um sistema viário bem servido, sendo atendido pela Rodovia do Xisto e a Rede Ferroviária Federal S/A, com linha direta até o Porto de Paranaguá.

Situada a Sudeste do Estado, a cidade faz parte da Região Metropolitana de Curitiba e é composta por 235 indústrias, sendo várias delas de grande e médio porte, destacando-se entre elas a Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR da PETROBRÁS, a Ultrafértil e a Companhia de Papel e Celulose do Paraná - COCELPA.

Com área total de 460,85 km², Araucária é um dos municípios que mais cresce e se desenvolve no Estado, possuindo atualmente 92 mil habitantes.

Os moradores de Araucária são pessoas muito hospitaleiras. Quem visita a cidade sente-se em Casa. O povo é acolhedor, ordeiro e trabalhador. Prova disso é o desenvolvimento do município que vem crescendo a cada dia.

Araucária completa agora 110 anos, e pode se orgulhar muito disso, pois é um município produtivo e industrial, do qual o Paraná orgulha-se de possuir.

Ao Município de Araucária, pela passagem e comemoração de seus gloriosos 110 anos, receba o Prefeito e vice-Prefeito municipais, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 118

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Legião Paranaense dos Expedicionários (Praça do Expedicionário - Curitiba / PR), pela comemoração do 55º aniversário da “Tomada de Monte Castelo”.

Sala das Sessões, em 21.02.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Comemora-se hoje o 55º aniversário da “Tomada do Monte Castelo”, na Itália, pela Força Expedicionária Brasileira (FEB), que ocorreu na data de 21 de fevereiro de 1945.

O 1º Escalão da FEB chegou à Itália em 1944. A tropa deslocou-se por terra, parando em áreas de treinamento até a região de Livorno. A primeira vitória importante do exército aconteceu em 18 de setembro, na planície costeira do Norte do Rio Sêrchio.

A tomada do Monte Castelo é considerada a maior vitória da FEB. Nesta batalha, dos 4000 homens que combateram, 465 morreram, 28 deles paranaenses.

Na tomada do Monte Castelo, todos os cuidados foram tomados para se evitar surpresas. O conjunto Belvedere-Torraccia-Monte Castelo tinha que ser conquistado antes da chegada do inverno, renunciado pelas fortes chuvas. Embora todos lutassem com bravura, a tropa foi obrigada a se retrair já que do alto o exército inimigo atirava com armas automáticas.

Uma nova tentativa de ataque aconteceu na primavera. Para a operação, foram encarregados a 10ª Divisão de Montanha Americana e o 4º Corpo, além do 1º Grupo de Caça da Força Aérea Brasileira (FAB). O ataque aconteceu à noite, quando os soldados surpreenderam os defensores de Belvedere. O segundo porto a ser conquistado foi Torraccia. Em 21 de fevereiro de 1945, o regimento se lançou ao ataque. Embora a resistência do inimigo fosse muito grande, os soldados foram bravos e continuaram a escalada. Às 17:20 h chegaram ao topo do Monte Castelo.

Várias outras batalhas se sucederam até o fim daquela guerra, mas nenhuma foi tão importante quanto esta, na qual participaram soldados do I e III Batalhões do Regimento Sampaio.

Pela comemoração do 55º aniversário da Tomada do Monte Castelo, receba a Legião Paranaense dos Expedicionários, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 102

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à família Rosa, com votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Mário da Rosa, do Município de Laranjeiras do Sul-PR.

Sala das Sessões, em 21.02.2000.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do Sr. Mário da Rosa, deixou consternada a população de Laranjeiras do Sul. Há muitos anos residindo no Município, pai e avô exemplar, deixará em todos seus familiares, um sentimento de dor e saudade irreparável. A eles, deixa também como legado uma vida toda de bondade, lealdade e amizade.

O Sr. Mário da Rosa soube em vida cultivar simpatias e respeito. As pessoas que conviveram com ele, principalmente sua família, que nesse momento ressentem-se tristemente da sua ausência, são testemunhas da grande pessoa que ele foi.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, votos de sentidas condolências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

REQUERIMENTO Nº 105

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Senhor Giovanni Gionédís, Secretário de Estado da Fazenda, solicitando os valores de créditos de ICMS que o Estado deve aos contribuintes.

Sala das Sessões, em 21.02.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

Em função dos sucessivos *déficits* que vêm apresentando as contas do governo a cada exercício fiscal e à dificuldade do mesmo efetuar um controle restritivo de suas despesas, tendo que, periodicamente, se valer de adiantamentos de tributos, é que solicito tais informações e espero ver o presente requerimento aprovado pelos senhores parlamentares.

REQUERIMENTO Nº 106

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Vila Camargo - Bairro Cajurú, mais especificamente na Rua Pedro Violani. À noite esta rua é muito escura e está servindo de ponto de encontro de namorados que chegam a praticar atos obscenos, além da presença também de usuários de drogas e ocorrências de assaltos. A situação realmente é crítica e os moradores

das proximidades encontram-se muito apreensivos, motivo pelo qual fazem tal reivindicação. A presença de policiais se faz necessária e urgente visando proporcionar segurança no local.

Sala das Sessões, em 21.02.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 107

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido do Sr. Carlos Alberto da Cruz, residente à Rua nº 05, Casa 74 - Jardim Parati - Bairro Cachoeira, que pede reparos na rua em que reside. A mesma encontra-se intransitável tanto para veículos quanto para pedestres. Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 9989-9418.

Sala das Sessões, em 21.02.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 108

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da Sra. Rosa Maito, residente à Travessa Assunção, nº 89 - Bairro Campo Pequeno, que pede reparos na rua em que reside. A mesma é de saibro e encontra-se intransitável. Pede-se urgência no atendimento do presente. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 761-6138.

Sala das Sessões, em 21.02.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 109

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido da Sra. Levanir de Cristo Domenico, residente à Rua Jacob Zem nº 85 - Jardim Nossa Senhora de Fatima - Rio Pequeno, que pede providências quanto aos cães soltos das ruas do bairro e também no centro da cidade. São cães famintos, com doenças e que avançam os pedestres, causando medo e muitos transtornos para toda a comunidade. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 9903-4529.

Sala das Sessões, em 21.02.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 110

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Sra. Eliete da Silva Hoin-schy, residente à Rua nº 01, Casa 24 - Jardim Monte Rei, que pede reparos na rua em que reside. É necessário passar a máquina e colocar saibro. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 354-9419.

Sala das Sessões, em 21.02.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 111

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no Bairro Boqueirão, mais especificamente na Rua Operário Santo Dias, fundos do Posto de Saúde Érico Veríssimo, devido a ocorrência constante de assaltos e muita algazarra de desocupados. Os moradores das proximidades encontram-se muito apreensivos e fazem tal reivindicação. A presença de policiais se faz necessária e urgente visando proporcionar segurança no local.

Sala das Sessões, em 21.02.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 024/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica revogada a Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995.

Art. 2º - Ficará o Departamento de Estradas de Rodagem - DER responsável pela construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento das vias estaduais e vias federais delegadas, bem como da arrecadação dos pedágios pela utilização das mesmas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.02.2000.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

A razão da apresentação da presente proposição é de conhecimento de todos os habitantes do Estado do Paraná.

Há uma revolta geral dos usuários contra as concessionárias que exploram os pedágios no chamado Anel de Integração, que compõem as rodovias paranaenses.

Entendemos, também, que o Departamento de Estradas de Rodagem está mais capacitado para gerenciar a cobrança de pedágio, bem como os investimentos nas nossas vias rodoviárias. Pois, sendo o DER uma instituição pública pertencente ao povo paranaense, ele tem uma visão voltada para o bem-estar da sociedade, diferentemente de uma empresa que só visa o lucro.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei complementar.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 025/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica revogado o inciso II, do parágrafo único do Art. 1º da Lei Complementar nº 76/95.

Art. 2º - Com o objetivo de preservar o interesse público, e em especial, visando uniformizar serviços e obras em rodovias estaduais, ficam extintas todas as concessões formalizadas na vigência da legislação revogada por força da presente lei.

Art. 3º - Os serviços e obras cuja realização vinha sendo exercida através de concessões que foram extintas na forma da presente lei, passarão imediatamente à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), inclusive no que tange ao recolhimento de taxas e pedágios, até que se constitua uma autarquia, com finalidade específica de gerenciamento e execução dos serviços e obras relativas às vias estaduais.

Parágrafo Único - Fica desde já autorizado o Poder Executivo Estadual a constituir uma autarquia, para as finalidades deste artigo, sendo a atribuição dessa autarquia também a arrecadação de taxas e pedágios, a qual não poderá ser delegada.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.2000.

(a) TONY GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se, nesta justificativa, a respeito de Projeto de Lei, Emenda Modificativa à Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995, que tenho a honra de apresentar aos nobres Pares, objetivando aperfeiçoar o interesse público.

Sucedem que através da Lei Complementar nº 76, autorizou-se o poder público a promover vários tipos de concessões, entre as quais, a exploração de rodovias estaduais, de maneira ampla, ou seja, tanto no que diz respeito ao gerenciamento dessas rodovias, quanto à execução de obras para implementação das rodovias propriamente ditas ou sua manutenção.

Concessões, como é sabido, são atos do poder público sujeitos a licitações.

Então, em princípio, tinha-se a noção de que as ditas concessões atingiriam o objetivo legislativo, que é de preservar o interesse público.

E o interesse público, é de prover o cidadão, o contribuinte, com serviços compatíveis, dentro de critérios justos no que tange a qualidade e preço.

Mas, infelizmente, a Lei Complementar nº 76 acabou omitindo uma cláusula legal, de controle, o que acabou resultando em batalhas judiciais, como as que se vêem no noticiário. As concessionárias das rodovias estaduais, submetidas a uma limitação no seu poder de cobrar pedágio, retaliaram, obtendo o favor judicial de não realizarem as obras de ampliação, melhoramento ou manutenção (conforme o caso), posto que, na opinião das concessionárias, o valor do pedágio não cobriria o valor necessário para tais obras.

E, agora que os valores de pedágios estão para serem majorados em 116% (conforme noticiam os jornais, e é também apreciado pelo Tribunal Regional Federal, em acirrada disputa de liminares), os cidadãos paranaenses estão sujeitos a uma iminente cobrança que, infelizmente, está sendo realizada sem que aja contrapartida de controle do poder público - tanto que está sendo objeto da mencionada disputa judicial.

Por isso, cumpre à nossa E. Assembléia Legislativa, rever a legislação que autorizou o poder público a promover as concessões que ora são objeto de comentado embate judicial.

Isto é necessário e também urgente, em face da apreensão de todos os paranaenses, em particular os usuários das estradas estaduais, o que afeta inclusive e principalmente a produção agrícola, industrial e o fluxo de mercadorias, face ao iminente impacto no custo, representado pelos pedágios.

A Análise Legal

Interessante notar, inicialmente, que o regime de "concessão" é o único que sofre exceção, na Lei de Licitações.

Vejamos:

Lei nº 8.666 de 21.Junho.1993 (Lei das Licitações Públicas).

Art. 7º...

§ 3º - É vedado incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto nos casos de

empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, nos termos da legislação específica.

Através de concessão, se pode atribuir ao concessionário uma autorização para obter os recursos para execução das obras e serviços concedidos. E é assim que hoje transitamos nas estradas paranaenses, literalmente loteadas aos concessionários, que cobram pedágios, pedágios esses que estão agora sendo questionados judicialmente.

Como visto, a lei de regência federal, prevê que as legislações específicas podem prover aos concessionários a forma como será permitido a estas, obter os recursos para as obras e serviços que receberem por concessão.

E isto está dito, no trecho destacado da lei transcrita supra, quando se disse: "...nos termos da legislação específica..."

Analizando a Lei Complementar nº 76, vemos que naquela ocasião, o legislador previu que "as rodovias estaduais" poderiam ser objeto de concessão.

É, portanto, essa, a única exceção, dentro do parágrafo único do artigo 1º dessa lei, ao critério de que "obras e serviços" podem ser objeto de concessões, já que todos os demais casos desse parágrafo, são efetivamente de obras e serviços a executar, enquanto que no caso de "rodovias estaduais", se pode entender, pela redação genérica dada, que inclui-se a concessão de rodovias estaduais já existentes (portanto, o serviço concedido seria somente de manutenção ou ampliação).

Só que a Lei Complementar - infelizmente - omitiu os critérios pelos quais as concessões poderiam "transmitir às concessionárias o poder" de cobrar as taxas e pedágios, inclusive em termos quantitativos.

Na verdade, a Lei Complementar nº 76 atribui tão somente ao Estado o poder de cobrança de pedágio para rodovias estaduais "conservadas", como previsto no artigo 41. Mas não estabelece quantificação e nem diz se tal poder é transmissível por meio de concessão.

Assim, notamos que a Lei cuja modificação ora propomos, na verdade:

a) Prevê que rodovias estaduais podem ser objeto de concessões, art. 1º, parágrafo único, II;

b) O Estado "pode" promover a cobrança de pedágio para as rodovias estaduais "conservadas", art. 41;

c) No entanto, em momento algum há especificação dos critérios pelos quais o Estado "poderia" em princípio repassar a concessionários não só o poder de cobrar os pedágios autorizados pelo artigo 41, como também de dimensioná-los.

Portanto, é de se concluir, que faltou, na lei complementar nº 41, prever o porquê dos pedágios serem cobrados, o modo como os pedágios podem ser cobrados, e se podem ou não ser delegados.

Também se concluiu que o atual panorama, de incerteza, é fruto da interpretação muito dilatada da Lei Complementar nº 76, que o Poder Executivo estadual está conjugando com a Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 (Lei das Licitações Públicas), Art. 7º, § 3º, porém

sem que haja a lei específica exigida nesta última, autorizando a forma como as concessões podem ser atribuídas no tocante à quantificação e cobrança de pedágios.

Em palavras resumidas, não há na Lei Complementar, autorização para que o Poder Executivo delegue o poder de cobrança de pedágios em rodovias estaduais que lhe foi autorizado pelo Artigo 41.

E também não há na lei, regulamentação quanto à forma como as concessionárias de rodovias estaduais já existentes, poderiam receber essa delegação.

O que existe na LC76, são normas gerais relativas aos serviços e obras públicas. Uma primeira leitura permitirá até concluir, que alguma espécie de regulamentação existe.

Mas isto não explica o porquê das batalhas jurídicas a respeito do pedágio, e nem o porquê da incerteza quanto aos valores que serão afinal praticados nas praças de cobrança desses pedágios.

E esse panorama é que nos permite indagar qual era efetivamente o espírito do legislador, na ocasião.

A primeira pergunta cabível é: se existem normas gerais, na Lei Complementar 76, no sentido de normatizar as concessões e inclusive permitindo que a licitação inclua a recuperação do investimento através da exploração, então por quê a Lei Complementar 76 especificamente tratou de rodovias estaduais, e especificamente também de pedágios, no artigo 41?

É que, como visto, a Lei Complementar 76, prevê o seguinte:

Art. 2º - Para os fins do disposto nesta lei, considera-se:

IV - Concessão de serviço público, precedida da execução de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado.

V - Concessão de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado.

Art. 7º - Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

§ 1º - Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, seg-

urança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

(...)

f) modicidade do preço dos serviços: a justa correlação entre os encargos da arrendatária e a retribuição dos usuários.

Art. 9º - A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de reajuste e revisão previstas na lei, no edital e no contrato.

§ 4º - Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará a revisão da tarifa, para mais ou para menos, conforme o caso.

Assim, verifica-se que os concessionários poderiam até explorar as obras, mas no caso de rodovias estaduais, reservou-se o interesse público, no sentido de que os pedágios seriam cobrados e, evidentemente, recebidos somente pelo Estado.

E, o artigo 41, deve ser assim entendido.

Consideramos, assim, que a Lei Complementar 76 teve seu espírito distorcido, cumprindo restaurá-lo, em vista dos resultados preocupantes verificados principalmente na esfera judicial.

E é por isso que entendemos necessário cancelar todas as concessões, devendo o interesse público prevalecer sobre o particular, neste caso sendo particular o interesse das empresas privadas que contratam com o Poder Executivo as concessões e receberam o poder de cobrar e receber pedágios pela exploração de estradas estaduais.

Assim, submeto o presente projeto à honrada deliberação dos nobres Pares.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 026/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Túlio Vargas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.2000.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

Túlio Vargas, terceiro ocupante da cadeira nº 23 da Academia Paranaense de Letras, bisneto do célebre sertanista e político Telêmaco Borba e filho do Deputado Rivadávia Vargas e Dalila Rolim Vargas, nasceu em Piraí do Sul, Paraná, dia 28 de junho de 1929.

Fez o curso fundamental em cidades do Estado de São Paulo, concluindo-o em Curitiba. Realizou intensa

atividade político-estudantil como presidente da União Paranaense dos Estudantes Secundários. Graduou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná em 1954, tendo ocupado cargos diretivos do Centro Acadêmico Hugo Simas.

Paralelamente, atuou com destaque no jornalismo e radiofonia, nos campos da política, esporte e sindicalismo. Após formado, radicou-se em Maringá, Norte do Paraná, onde se elegeu presidente da Associação dos Advogados.

Inclinado às lides políticas, fundou naquele município o Partido Democrata Cristão, por cuja legenda disputou, com sucesso, em 1961, uma cadeira de Deputado Estadual. Reelegeu-se na legislatura seguinte. Em 1970, ascendeu à Câmara Federal, obtendo a reeleição no pleito subsequente. Em ambas as Casas Legislativas exerceu funções de liderança. Integrou delegações da Câmara dos Deputados em visita oficial ao Japão e aos Estados Unidos, na condição de membro do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar e presidiu a Comissão Interestadual Parlamentar dos Estados do Extremo Sul.

Foi nomeado, em 1974, no Governo Canet Júnior, Secretário de Estado da Justiça e confirmado, posteriormente, nos governos de Ney Braga e Hosken de Novaes. Ocupou a presidência do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, por consenso dos governadores dos três Estados. Em seguida, nomeado Procurador-Geral do Estado junto ao Tribunal de Contas do Paraná, cargo em que se aposentou. Essa intensa atividade pública não o afastou do gosto pela história, notadamente na área biográfica, gênero em que se especializou.

Tem publicado muitos livros, entre os quais: O Indomável Republicano; A Última Viagem do Barão do Serro Azul; Discursos Parlamentares; Memória do Lions Clube; Tempo de Secretaria (2 Vols.); Senhor Senador, Senhor Ministro; O Conselheiro Zacarias; Começo de um Novo Humanismo; O Tempo de Meu Pai; O Juiz Integral; Pé Vermelho; Sérgio de Castro; Porta-Retrato (4 Vols.) e História Biográfica da República do Paraná.

Ex-Governador do Lions Internacional, atualmente preside a Academia Paranaense de Letras.

PROJETO DE LEI Nº 027/2000

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho Particular de Bandeirantes da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Bandeirantes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.2000.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

O Conselho que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública foi fundado no dia 12 de abril de 1959, sempre prestando relevantes serviços à comunidade e ao Município de Bandeirantes.

Diante do exposto, contamos com o apoio aos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 028/2000

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar Lote Urbano nº 01, da Quadra 93, do Loteamento denominado cidade e chácaras de Santa Tereza, situado no Município de Santa Tereza do Oeste, Comarca de Cascavel, PR, com área de 525m², sem benfeitorias, conforme escritura pública de compra e venda "doação", registrada ao Livro de Escrituras E/02, as folhas 16, 16vº e 17, do Ofício de Notas, Município de Santa Tereza do Oeste, Comarca de Cascavel, Paraná, para o Município de Santa Tereza do Oeste.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.2000.

(a) ANTONIO BARATTER

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto prende-se ao fato de que no local onde se encontra o lote urbano, objeto do projeto de lei, de propriedade da Secretaria do Estado da Saúde do Paraná, há um posto de saúde em pleno funcionamento. A Prefeitura Municipal de Santa Tereza do Oeste, inclusive, já realizou ampliações e melhorias no Centro de Saúde, com recursos próprios do município.

A escritura da respectiva área encontra-se em poder da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e nunca foi registrada.

O projeto de lei autoriza o Poder Executivo a fazer a doação do respectivo terreno, regularizando uma situação de fato.

Ante o exposto, peço o voto favorável dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI Nº 029/2000

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN/PR - a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) no Município de Manguinhos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.02.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

A criação da CIRETRAN no Município de Manguinhos ajudará sobremaneira aos municípios vizinhos de Coronel Domingos Soares, Foz do Jordão e Reserva do Iguaçu, fato que trará reflexos na própria prestação de serviços do DETRAN/PR. Torna-se indispensável frisar que o acúmulo de serviço, juntamente com a distância, tornam a vida das pessoas que precisam resolver qualquer tipo de problema relacionado com seus veículos, extremamente demorada e com complicações desnecessárias.

O objetivo da proposição é trazer mais comodidade à população, levando até ela mais um serviço público.

A transformação do posto do DETRAN em uma Circunscrição Regional de Trânsito em Manguinhos para atender também aos municípios vizinhos, é antiga reivindicação da população local e irá contribuir significativamente para melhoria de sua qualidade de vida.

PROJETO DE LEI Nº 030/2000

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

SÚMULA:

Dispõe sobre a utilização de programas abertos pelos entes de direito público e de direito privado sob controle acionário da administração pública.

D E C R E T A :

Art. 1º - A administração pública, em todos os níveis, os Poderes da República, as empresas estatais e de economia mista, as empresas públicas, e todos os demais organismos públicos ou privados sob controle da sociedade brasileira, ficam obrigadas a utilizar preferencialmente, em seus sistemas e equipamentos de informática, programas abertos, livres de restrição proprietária quanto a sua cessão e distribuição.

Art. 2º - Entende-se por programa aberto aquele cuja licença de propriedade industrial ou intelectual não restrinja sob nenhum aspecto a sua cessão, distribuição, utilização ou alteração de suas características originais.

Art. 3º - O programa aberto deve assegurar ao usuário acesso irrestrito ao seu código fonte, sem qualquer custo, com vista a modificar o programa, integralmente, se necessário, para o seu aperfeiçoamento.

Parágrafo Único - O código fonte deve ser o recurso preferencial utilizado pelo programador para

modificar o programa, não sendo permitido ofuscar a sua acessibilidade, nem tampouco introduzir qualquer forma intermediária como saída de um pré-processador ou tradutor.

Art. 4º - A licença de utilização dos programas abertos deve permitir modificações e trabalhos derivados e sua livre distribuição sob os mesmos termos da licença do programa original.

§ 1º - A licença somente poderá restringir a distribuição do código fonte em forma modificada caso permita a distribuição de programas alterados conjuntamente com o código fonte original, objetivando a alteração do programa durante o processo de compilação.

§ 2º - Deve permitir também explicitamente a distribuição de programa compilado a partir do código fonte modificado, podendo para tanto exigir que os programas derivados tenham diferentes nomes ou números de versão, que os diferenciem do original.

Art. 5º - Não poderá haver cláusula na licença que implique em qualquer forma de discriminação a pessoas ou grupos.

Art. 6º - Nenhuma licença poderá ser específica para determinado produto, possibilitando que os programas extraídos da distribuição original tenham a mesma garantia de livre alteração, distribuição ou utilização, que o programa original.

Art. 7º - As licenças de programas abertos ou restritos, não restringirão outros programas distribuídos conjuntamente.

Art. 8º - Os certames licitatórios que objetivem transacionar programas de computador com os entes especificados no artigo 1º desta lei, deverão obrigatoriamente ser regidos pelos princípios estabelecidos nesta legislação.

Art. 9º - Apenas será permitida a utilização pelos entes do artigo 1º, de programas de computador cujas licenças não estejam de acordo com esta lei, na ausência de programas abertos que não contemplem a contento as soluções objeto da licitação pública.

Sala das Sessões, em 21.02.2000.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

Há mais de quinze anos discute-se em todo o mundo a livre manipulação dos programas de computador ou "*free software*".

Em 1984 era impossível usar um computador moderno sem a instalação de um sistema operacional proprietário, fornecido mediante licença restritiva de amplo espectro.

Ninguém tinha permissão para compartilhar programas (*software*) livremente com outros usuários de

computador, e dificilmente alguém poderia mudar os programas para satisfazer as suas necessidades operacionais específicas.

O projeto GNU, que data do início do Movimento do Software livre, foi fundado para mudar isso. Seu primeiro objetivo foi desenvolver um sistema operacional portátil compatível com o UNIX que seria 100% livre para alteração de qualquer parte de sua constituição original.

Tecnicamente GNU é como UNIX, mas difere do UNIX pela liberdade que se proporciona aos seus usuários.

Para a confecção deste programa aberto, foram necessários muitos anos de trabalho, por centenas de programadores, para desenvolver este sistema operacional.

Em 1991, o último componente mais importante de um sistema similar ao UNIX foi desenvolvido: o LINUX.

Hoje a combinação do GNU e do LINUX é usado por milhões de pessoas, de forma livre, em todo o mundo.

Este programa é apenas um exemplo de como a liberdade na alteração, distribuição e utilização de programas de computador pode transformar ainda mais rapidamente e de maneira mais democrática, o perfil do desenvolvimento social e tecnológico no mundo.

O Estado, como ente fomentador do desenvolvimento tecnológico e da democratização do acesso a novas tecnologias para a sociedade, não pode se furtar a sua responsabilidade de priorizar a utilização de programas abertos ou os free software / open source.

E se as pequenas, médias e grandes empresas multinacionais já estão adotando programas abertos, evitando assim o pagamento de centenas de milhões de dólares em licenciamento de programas, porque deveria o Estado, com uma infinidade de causas sociais carentes de recursos, continuar comprando, e caro, os programas de mercado.

PROJETO DE LEI Nº 031/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar, no Município de Manoel Ribas, uma CIRETRAN, Circunscrição Regional de Serviços do Departamento de Trânsito- DETRAN.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data, imediata, a sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.2000.

(a) MILTINHO PUPPIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto tem por objetivo, proporcionar à comunidade do Município de Manoel Ribas, um melhor atendimento, com a criação de uma CIRETRAN.

Tendo em vista o grande número de veículos existentes no Município, e a crescente movimentação dos munícipes para tirarem as documentações referentes a esta área, em Municípios vizinhos, para tal, se faz necessário a criação da CIRETRAN, facilitando e melhorando o atendimento a população local.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres parlamentares para aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 032/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a “Associação Rural dos Pequenos Agricultores de Fênix - ARFEN”, com sede e foro no Município de Fênix -Pr.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data, imediata, a sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 2.000.

(a) MILTINHO PUPPIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação que pretendemos declarar de utilidade pública, a Associação Rural dos Pequenos Agricultores de Fênix- ARFEN, tem como objetivo principal oferecer aos pequenos produtores rurais do Município de Fênix e região, um auxílio para que possam superar pelo menos algumas das muitas dificuldades que existe nos dias de hoje na agricultura de todo o Estado.

A entidade vem defendendo os interesses dos agricultores da região, auxiliando na comercialização de suas produções para que possam obter melhores preços e ainda auxiliam na compra de equipamentos para que desenvolva a agricultura e obtenham assim melhor qualidade em seus produtos, a entidade não visa qualquer tipo de lucro, nem concede qualquer benefício maior ou remuneração, à sua diretoria administrativa.

PROJETO DE LEI Nº 033/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo, autorizado a doar ao Município de Lunardelli, o imóvel com área de 1.460,00 m² (um mil quatrocentos e sessenta metros quadrados), situado no quadro urbano da cidade de Lunardelli, distrito de mesmo nome, Município de São João do Ivaí, anteriormente destinado, em conformidade com a lei 105/76 de 20 de Fevereiro, para ampliação de salas do Grupo Escolar Geremias Lunardelli, na forma de doação para FUNDEPAR - Fundação Educacional do Estado do Paraná.

Art. 2º - O imóvel que se refere o art. 1º desta lei, será utilizado pela prefeitura Municipal de Lunardelli, para a construção do Paço Municipal, não podendo ter utilização diversa, sob pena desta doação tornar-se, automaticamente, sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que por ventura venham a ser edificadas, ao patrimônio do Estado do Paraná.

Art. 3 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 2000.

(a) MILTINHO PUPPIO

JUSTIFICATIVA:

A sede da Prefeitura do Município de Lunardelli encontra-se sob este terreno, em espaço cedido pelo Grupo Escolar Geremias Lunardelli, um local precário, com estrutura de madeira, condenada.

Solicita-se a doação deste, para que seja efetuada a reforma do prédio, para que o atendimento, seja de qualidade, à altura que merece sua comunidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao orador inscrito Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na última 5.^a feira tivemos a oportunidade de estarmos, junto com o Presidente da Assembléia Deputado Nelson Justus e Deputado Orlando Pessuti, quando acompanhamos uma Sessão a respeito do Parlamento do Sul, na cidade de Florianópolis, Santa Catarina.

Naquela ocasião, antecedendo a posse do novo Presidente, que certamente depois o Deputado Orlando Pessuti fará um relato, tivemos um debate com os parlamentares de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso do Sul, onde tratamos de assuntos pertinentes à nossa região.

E, dentre os assuntos debatidos um deles foi a questão do BRDE porque há uma proposta de que ele se estenda também ao vizinho Estado do Mato Grosso do Sul onde não tem agência ainda.

E, se o Mato Grosso integra este parlamento do sul evidentemente também o BRDE deverá fazer parte também abrindo uma agência naquele Estado da mesma forma como tem no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Mudando inclusive, após isso, a sua sigla.

Depois, o outro assunto que discutimos, foi com relação à questão do MERCOSUL. E, pudemos ter um aprofundamento maior com a presença do Diretor Geral da Secretaria Estadual do Planejamento, Antoninho Caron que discorreu a respeito do MERCOSUL, do seu nascimento, do seu crescimento e da sua expansão a partir do momento em que os Países que o integram começam também a colocar as suas questões para uma discussão mais aprofundada.

E, o 3º assunto foi com relação a uma discussão em torno de um possível calendário escolar integrado entre pelo menos os quatro Estados: Paraná, Rio Grande, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

Hoje, Santa Catarina tem dois calendários escolares. Um deles para as escolas da região do Litoral e outro para a região do interior.

Ainda em caráter não definitivo, em caráter de análise.

Evidentemente, como me envolvi ano passado, nesta discussão do calendário escolar, muitas vezes não fui bem entendido por alguns Parlamentares, mas, fazia ver naquele momento que a discussão do calendário escolar pode passar por aqui mas, a sua definição, a sua nova instituição deve ser feita por um ato normativo da Secretaria da Educação. E assim também ocorre em Santa Catarina.

E, curioso por estes dois calendários de Santa Catarina, pedi as cópias que devem estar sendo enviadas ao meu gabinete no dia de hoje para que comecemos a nos aprofundar e no ano de 2001 possamos ter um calendário mais aprimorado atendendo especialmente os reclamos dos Prefeitos do nosso Litoral.

Então, foi um reunião bastante proveitosa, além do outro fato importante da Assembléia Legislativa de Santa Catarina ter se associado a UNALE que é a nossa grande entidade que defende os parlamentares em todos os sentidos.

Já são 22 Estados associados e tenho certeza que a UNALE tem tudo para crescer e fazer um bom trabalho em favor da classe do legislativo.

Queria então, dar satisfação à Casa da nossa ausência 5.ª feira pela manhã. O motivo desta ausência foi bastante proveitoso para a Casa em todos os sentidos: congraçamento, troca de informações com os amigos de Santa Catarina, Rio Grande, Mato Grosso, a satisfação de saber o respeito que eles tem por nós paranaenses, sempre nos questionando, querendo saber o que está se fazendo, como as coisas estão andando no Paraná, as informações políticas.

Enfim, foi muito bom o debate e mais do que nunca pudemos sentir a satisfação de ouvirmos lá, fazendo uma explanação a respeito do MERCOSUL, o nosso diretor geral da Secretaria de Planejamento.

Foi muito importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor Presidente, Senhores membros da Mesa.

Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Como já tive a oportunidade de fazê-lo, estou retornando à Casa após um período de licença para tratamento de saúde. Estou em plena forma para continuar os trabalhos legislativos e até, quem sabe, jogar um futebol.

Mas, Senhor Presidente, além de fazer esta comunicação à Casa, o que me traz a esta Tribuna é a preocupação de quem, andando pelas estradas paranaenses, de quem lê os jornais, vê inúmeros acidentes acontecendo.

Perdi amigos num trecho da estrada que o Governo do Estado já na campanha anterior a este mandato, prometia duplicar.

Refiro-me a uma série de acidentes fatais que ocorreram na BR 277, no trecho entre Cascavel e Foz do Iguaçu. em menos de uma semana, sete pessoas perderam a vida neste trecho.

Em um destes acidentes perdi uma colega professora, sua filha, dois amigos e ficou ferida a filha de outra professora minha colega, no Município de Matelândia.

Não só esse Deputado mas toda a região oeste do Paraná, está de luto pelas mortes de várias pessoas que estão acontecendo.

Nesse caso morreram carbonizados, após bater o caminhão atrás de uma Kombi, em que estavam, no momento do acidente a Kombi, estava parada em um bloqueio aguardando passagem, a falta de sinalização adequada e de estrutura no local das obras fez com que o caminhão jogasse violentamente a Kombi ribanceira abaixo e ela pegasse fogo.

“Por incrível que pareça, senhores deputado, no dia seguinte, com a mesma sinalização precária e estrutura deficiente as obras continuaram e um ônibus da empresa Expresso Maringá entrou na traseira de um caminhão que estava parado no bloqueio, praticamente no mesmo local do acidente com a Kombi. O motorista do ônibus morreu na hora. A responsabilidade das obras e da sinalização do local é da concessionária de pedágio Rodovias das Cataratas, empresa responsável pelo lote 3 do Anel de Integração.

A imprensa da região tem denunciado incessantemente “a falta de cuidados com manutenção do trecho de responsabilidade da Rodovia das Cataratas”. Observem os títulos das matérias sobre a BR-277, no mês de fevereiro. No dia 4, “família argentina morre em acidente em rodovia do Oeste”; no dia 10, “acidente com, carro de prefeitura mata quatro”; no dia 11, “motorista de ônibus morre em Céu Azul acidente foi no mesmo bloqueio onde ocorreu a tragédia de quarta-feira; no dia 13, “de Leste a Oeste a BR-277 causa apreensão nos motoristas”; no dia 16, “rodovia BR-277 continua provocando mortes no Oeste - acidente faz a sétima vítima na BR-277”. As manchetes dos jornais retratam a triste realidade do estado de abandono da 277, principalmente no trecho entre Cascavel e Foz, que ficou conhecido como “corredor da morte”.

Enquanto homens, mulheres e crianças perdem a vida em acidentes na rodovia, o governo e as concessionárias discutem um reajuste abusivo na tarifa do pedágio. Enquanto famílias inteiras choram a perda de entes queridos, o governo admite, através do Secretário de Transportes, que a estrada que está em piores condições é a BR-277, mas nada faz para reverter esta

situação. Enquanto o sangue de inocentes encharca o asfalto da 277, as concessionárias estão preocupadas com a margem de lucro e brigam na justiça para aumentar o pedágio em mais de 100%. Até quando vamos agüentar isto? Este desrespeito à vida? Este desrespeito ao cidadão paranaense? É hora de dar um basta! É hora de anular os contratos feitos entre o governo e as concessionárias! É hora de instalar uma CPI para investigar a fundo a questão do pedágio!”

O Secretário Heinz Herwig no Jornal “A Folha do Paraná” admite que tem conhecimento que alguns trechos não estão recebendo tratamento que deviam, a rodovia que está em piores condições é a BR 277 no trecho entre o Relógio e Foz do Iguaçu, administrado pela Rodovia das Cataratas, responsável lote 3 do anel de integração.

Senhora e Senhores Deputados, o Governo prometeu na primeira eleição que iria duplicar a 277 mediante a milagrosa concessão à iniciativa privada, voltou a prometer a duplicação da 277 para a sua reeleição porque a concessão era a salvação, a saída financeira. O trecho de Cascavel e Foz do Iguaçu está matando gente, está arrecadando dinheiro, e nem a recomposição da pintura do asfalto está sendo feito de acordo é um abandono, é uma vergonha. Nós, que participamos já no início do mandato passado de uma campanha pela duplicação da 277 fomos por inúmeras vezes contestados pelo Governo assim que tomou posse porque ele faria a duplicação mediante a milagrosa saída da concessão a rodovia. Estamos com problema, o Governo não se entende, as concessionárias estão exigindo direito contratual. O governo, às vésperas das eleições baixou o preço das tarifas, porque tinha eleição. Não se cobra, não se faz nada por aquela população.

Tenho perdido amigos. Sou um deputado que tem cobrado a ação desse governo. Governo omissivo tem que ser responsabilizado pela não duplicação da 277, já que passou para si o problema, que era da alçada Federal. Quando era da alçada Federal, foi duplicado o trecho de Santa Terezinha a Itaipu até Foz do Iguaçu. Passou para Governo Jaime Lerner, as coisas pioraram, pararam e denegriram e o dinheiro está sendo arrecadado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, o Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, nós, na data de sexta-feira, tivemos a continuação do Fórum das Estradas Pedagiadas, que foi realizado na SETECEPAR foi uma reunião interessante. Foi um dia inteiro de discussão dos problemas das questões ligadas ao transporte e que, com certeza, terá desdobramentos futuros, porque as categorias envolvidas tiveram uma decisão bastante firme, de buscar um esclarecimento à abertura da planilha e um novo diálogo, porque não dizer uma nova formatação do contrato hoje existente.

Sr. Presidente, mas venho muito mais para trazer uma preocupação, que já extrapola a questão meramente de Londrina. O Jornal o Estado de São Paulo, na data de ontem, traz algumas informações e notícias, que já se transformaram corriqueiras na imprensa londrinense, a partir de uns dias para cá. Ele traz em manchete, dizendo: “Calculada em 200 milhões desvio no Paraná”.

Ora, nós estamos acompanhando como de resto todos os Srs. deputados e a Sra. deputada acompanha a arapuca, que se transformou a AMA e a COMUB no município de Londrina. Mas muito de longe, Deputado Beraldin, podíamos imaginar, que seria esse montante. Um processo que o Ministério Público, através do Departamento de Defesa do Patrimônio iniciou em fevereiro do ano passado, já hoje acumula mais de quinze mil páginas, mais de sessenta indiciados, mais de duzentos e dois processos forjados, de licitação, naquelas duas autarquias. Para surpresa nossa Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Estadão menciona e envolve diretamente a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, na página política: “Investigação: Assembléia criou e extinguiu CPI em 48 horas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pela Ordem, o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Peço desculpas ao Deputado José Maria, quem anunciaria aqui a presença do presidente nacional do PTB, José Carlos Martinez seria o líder do PTB, Deputado Traiano, peço desculpas por ter interrompido o pronunciamento do ilustre Parlamentar.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Com todo prazer me somo ao cumprimento do líder do governo e líder do PTB e seja bem-vindo o deputado e presidente do PTB, Deputado Federal Martinez.

Mas o que vem ocorrendo é que estes processos hoje precisam uma definição desta Casa, porque envolvem, diretamente os órgãos do Governo, a COPEL e a SERCOMTEL.

Naquela oportunidade, uma dívida que era de 21 milhões foi resgatada por 47 milhões, diretamente, ao Banco FonteCindam, sem ter passado pelo SERCOMTEL. Pairam severas dúvidas sobre a legalidade, a lisura desta operação. É por estes motivos que aqueles que, efetivamente, não tiveram compromisso, precisarão trabalhar no sentido de que nós possamos apurar, é dinheiro público, é dinheiro do Estado do Paraná, representado por uma de suas empresas públicas, a COPEL. Se não fizermos daqui a uns dias estará aqui a sociedade paranaense fazendo o que as entidades de Londrina estão fazendo, reunindo 92 entidades para propor o afastamento do Sr. Prefeito para possível investigação dos fatos que lá ocorrem. Por isso srs. deputados, sra. deputada, é responsabilidade dessa Casa em manter-se incólume a todo processo que não pode nos atingir.

A Mesa, na pessoa do Sr. Presidente, do Sr. Secretário tem feito, encetado esforços para que nós tenhamos o resgate desta Casa sobretudo de um perfil em que possa prevalecer a transparência e os fatos não podem ser encobertos, da forma como estão sendo.

Hoje a imprensa deixou de ser calada, deixou de ser silenciosa e começa a colocar toda a podridão e corrupção que existem naquelas duas autarquias.

O Sr. Promotor, Cláudio Esteves, disse que jamais, palavras do Promotor Público da PIC, disse que jamais viu, no Paraná, nível de corrupção como se verificou e se verifica, em Londrina. O ex-assessor e diretor administrativo da COMURB, Dr. Alonso, está, a cada dia fornecendo mais detalhes e enriquecendo um processo que, com certeza, vai acabar na Polícia, como já está, é o endereço desse tipo de ação, dentro do Poder Público.

Sr. Presidente, agradeço a sua tolerância e muito obrigado pelo tempo e atenção dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Sr. presidente, sra e srs. deputados.

Ocupo a Tribuna, neste momento, para rapidamente deixar uma posição pessoal e quem sabe possa, a nossa posição pessoal se refletir também na preocupação dos demais deputados, da base de sustentação do governo, nesta Casa.

Na 6ª feira, participei, junto com Deputado Divanir Braz Palma e o Deputado Chico Noroeste, do fórum que estava discutindo a questão do pedágio.

E não é o fato de participar do fórum, até porque, antes de implantação do pedágio eu era líder do PPB, aqui nesta Casa e nós fizemos o primeiro fórum estadual do pedágio. Como líder do PPB ajudei, inclusive, a convidar os companheiros de todo o Estado, onde participaram inúmeras autoridades do setor de transporte, não só daqui do Paraná, mas também do Brasil.

Preocupa-me uma posição estampada em alguns panfletos colocados no estados do Paraná. Penso que a posição da Oposição de propor a CPI é legítima. Faz parte do Parlamento. É necessário que discutamos o contraditório. Não me preocupa esse panfleto sobre o IPVA, porque assumi publicamente que votei a favor a antecipação do IPVA. Pelo que pude perceber da condução do fórum estabelecido lá coloca uma posição à população do Paraná que, particularmente, tenho dúvidas. Gostaria de expressar essa dúvida. Da dúvida que tenho com resolução a essa condução.

Coloca-se claro hoje no Paraná que os Deputados desta Casa que são contra em assinar a CPI proposta pela Oposição são favoráveis ao aumento de 116% colocada pela justiça federáveis ao aumento de 116% colocado pela justiça federal quando da demanda judicial entre o estado e as concessionárias. Não vou me ater aos problemas que tem o Governo com as concessionárias. Digo de

viva voz aqui que sou contrário ao aumento, não de 116%, sou contrário ao aumento do pedágio. Não assinei a CPI porque tenho dúvidas se será o melhor caminho para aquilo que se propõe para a população do Paraná, que é a anulação do contrato ou quem sabe a revisão o sistema de concessão das rodovias.

Então, parece-me que os companheiros Deputados daqui podem ter a noção de que daqui a pouco os Deputados de Situação serão responsáveis por qualquer aumento no pedágio.

E o fórum que é legítimo, fundamental para a discussão do problema, também não pode colocar como sendo o único caminho a anulação do contrato que foi feito com o governo e as concessionárias. Perfeitamente é um caminho. Mas para logo depois do meio-dia de concluir e publicar na "Folha de Londrina" que o resultado do fórum era um aumento de 30%. Algumas vezes fui informado de que haveria uma negociação com as concessionárias e o setor de transportes do nosso Estado para um percentual de aumento para os caminhões e outro percentual para os carros pequenos.

Olha, questiona-se a concessão. Se o caminho seria então a anulação da concessão não deveria haver nenhuma negociação. Não pode haver uma negociação por parte de um setor. Como o que represento pela eleição que tive, pela minha origem que é o setor da agricultura que é fundamental para o Estado do Paraná, jamais vou concordar com algo que possa prejudicar esse setor que é essencial para a vida do Paraná. Mas me dou o direito de pensar se isso que estão falando para a população do Paraná, que a CPI é a solução seja realmente a solução. Claro que a CPI poderá chegar a alguns esclarecimentos mas não pode nos deixar, Deputado Nelson Justus. Fui lá participar de um seminário, de um debate e lá fomos saudados como se nós nunca tivéssemos participado do debate, como se nos recusássemos de participar do debate sobre a questão do pedágio.

Não! Não me recuso a participar da discussão desta questão, e não precisa nenhum setor fazer coro à Assembléia Legislativa, como se a CPI resolvesse o problema do pedágio do Paraná, ou seja, como se a CPI pudesse manter a decisão da Justiça Federal de não aumentar 116%. Mas pode sim, e concordo com a oposição, a CPI pode esclarecer dados, planilha de custo várias outras colocações que estão situadas obviamente no contrato feito com as concessionárias.

Agora, não... imagino que seja esse o melhor caminho, até por que se busca mais assinatura para fazer a CPI aqui, se já foi colocado uma relação em todo o Estado. Deputados que são contra a CPI é a favor do aumento do pedágio não há razão para pegar assinatura dos nossos companheiros, já que em todo o Estado nós estamos sendo taxados, que nós somos contra a CPI e a favor do aumento do pedágio.

Contra a CPI nos moldes que está sendo colocado eu acho que até os deputados, vários, principalmente da base da sustentação do Governo, pode sim. Agora não

quer dizer que tenhamos que concordar com o aumento do pedágio da forma como foi colocada, decidido pela Justiça Federal.

Então, os Deputados que participaram lá no fórum houve uma colocação do Deputado Péricles que na minha opinião foi uma boa colocação. Tem ele lá um estudo realizado pelos engenheiros contratados pela sua Bancada, ou por quem quer que seja. Não percebi nenhum desrespeito por parte dos Deputados que estavam obviamente participando do fórum de debates, mas chamo a atenção dos meus companheiros de base de sustentação do Governo.

Temos que tomar uma posição com relação a esta questão, porque nós não podemos imaginar que no Estado do Paraná a conversa seja de que os Deputados da base de sustentação do Governo que não assinam a CPI são favoráveis ao aumento do pedágio ou estão macumunados com a empresas de pedágio, que particularmente não conheço nenhuma. Muito menos que não tenho eu ou qualquer outro Deputado aqui a noção do que significa para o transporte do Estado do Paraná, qualquer aumento com relação ao setor produtivo.

Então gostaria de colocar esta posição, porque eu nunca participei pressionado de lugar nenhum, eu sempre participei abertamente de tudo. Desde a minha política estudantil eu participei aberto em qualquer discussão. Fui lá, para participar discussão do Fórum de Pedágio, como está acontecendo em vários outros locais do Estado do Paraná, a exemplo do que aconteceu em Londrina, no 1º Fórum desse ano, em ampla cobertura pela Folha do Paraná, que ajudou a promover o debate.

O debate é fundamental. Agora, a responsabilidade que nós temos aqui como base do Governo nós vamos assumir obviamente.

Quero fazer aqui um chamamento se assim me permite e pedir a permissão ao Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo, que temos conversado constantemente sobre esta questão, para que nós possamos então fazer aí um conversação e ver qual é a melhor alternativa para o Poder Legislativo, a esta questão que é premente e está sendo discutida em todo Estado do Paraná.

Concedo o aparte ao Deputado Péricles e logo em seguida ao Deputado Nereu Moura.

O Sr. Péricles Mello

Faço esse aparte para pedir ao Senhor que assine a Comissão Parlamentar de Inquérito junto conosco. Nós mostramos e o senhor estava presente no Fórum das Transportadoras, um estudo assinado por engenheiros que colocam a sua carreira na assinatura. Assinam profissionalmente um laudo técnico, onde está comprovado um superfaturamento de 100%.

Agora o senhor conhece muito bem a realidade deste Estado, deste País, e a força que nós teríamos para demonstrar para toda a população esses números absurdos se houvesse uma CPI nesta Casa. A força da imprensa, e a força junto ao Poder Judiciário para anular esse

contrato. Acho que o gesto mais importante pelo seu discurso é a assinatura. Inclusive o Senador Osmar Dias estava presente e falou depois de mim e disse que era inacreditável, que com esses dados a Assembléia do Paraná se recusasse a dar valia e assinar uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então peço ao senhor que assine conosco essa é a verdade da luta política.

A CPI é um instrumento poderoso para que nós possamos enfrentar esses interesses mais poderosos ainda que estão por trás da questão do pedágio.

Peço isso ao senhor e creio que o faço em nome de todos os Deputados da Oposição. Obrigado.

O Sr. Nereu Moura

Nós da Oposição não precisamos pedir desculpa a Vossa Excelência e a quem quer que seja com relação ao panfleto que Vossa Excelência tem na mão porque ele não foi de nossa autoria. O único panfleto que a oposição fez e distribuiu, esta aqui nas minhas mãos e, nele não consta o nome de nenhum parlamentar que apoiou o governo aqui, com excessão do Deputado Edson Praczyk, que foi quem assinou a CPI.

A nossa postura sempre tem sido ética. Agora nós não podemos nos responsabilizar pelas entidades de classe que participaram daquele semanário. Aliás num grande volume de forma que nós compreendemos a vossa insatisfação Deputado. Vossa Excelência tem particularmente da nossa parte o maior respeito e consideração porque conhecemos a sua postura como Parlamentar. Agora, nós não podemos controlar as entidades de classe porque as entidades têm a soberania, têm o direito de se manifestar e se eventualmente, fazer, produzir um manifesto como esse, nós não temos como tolhe-los nessa sua liberdade.

Agora gostaria de defender a Oposição, para concluir, de que em nenhum momento a Oposição agiu de forma aética querendo jogar os Deputados, porque o único objetivo que nós temos é defender à Assembléia Legislativa.

Aqui o jogo é político, a oposição tem uma linha de atuação e atual sem querer se desfazer dos Deputados que têm uma posição diferente de nós aqui na Assembléia Legislativa.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Quero dizer ao Deputado Péricles, que eu participei logo que entrei aqui na Casa de uma CPI, do Porto de Paranaguá, cujo relator, hoje Deputado Federal Rosinha, após longo e exausto trabalho. A conclusão do relator Deputado Rosinha, com todas as irregularidades que se comentava a respeito do Porto de Paranaguá, foi para processar, o então, o Governador, hoje Senador Roberto Requião, que tem o meu voto contrário na Comissão inclusive, que não tinha o governador naquela oportunidade responsabilidade com aqueles fatos que ocorreram lá no Porto de Paranaguá.

Então Deputado Péricles, a nossa posição, será uma posição clara, e também, não é com relação as entidades que buscam de todas as maneiras uma solução para o problema. Mas nos cabem enquanto poder político, Situação e Oposição não deixar a imagem para a população do Paraná que a CPI poderia salvar, todos os Governos com relação ao pedágio do Paraná, porque nós sabemos que há um contrato, e esse contrato acima de tudo esta em discussão Judicial.

Então nesse sentido não estou aqui criticando as entidades, pelo contrário, acho que as entidades estão cumprindo um papel fundamental e a Oposição também.

Agora não pode em nome da Assembleia Legislativa do Paraná se vender a imagem de que nós com uma CPI possamos quem sabe resolver o problema do pedágio e, quem sabe podemos ver com a CPI, chegar a mesma conclusão que se chegou a tão falada e propagada CPI do Porto de Paranaguá, que absolutamente não deu uma resposta a população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra ainda no Pequeno Expediente, o Deputado Pastor Edson.

O SR. EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, nobre Deputados, na data de hoje venho a esta Tribuna, para fazer menção a um Projeto de nossa autoria, que hoje tenho o prazer de protocolar, sobre a utilização dos softwares livres que a pessoa do Senhor Presente, Deputado Nelson Justus que está querendo e vai conseguir com certeza informatizar a nossa Casa de Leis, acredito que venha a ser um assunto de grande interesse para a sua pessoa, como a todos os órgãos públicos que se utilizam de informática em seus escritórios. O que é um software livre? Quando se adquire um computador, esse computador vem limpo, vem a máquina e a máquina precisa de um gerenciador de programas, geralmente o mais comum, o mais adotados nos computadores, da Microsoft, o Windows 98.

Então é esse programa que gerencia uma série de programas, programas para documentos escritos, documentos gráficos, fotográficos e assim por diante, mas sabe-se que o custo do software ou dos programas, é exageradamente alto, o que torna e tem tornado inviável, principalmente para o Governo, esse tipo de investimento, porque além das máquinas, além do computador, geralmente se gasta praticamente 100% só em programas, programas de gerenciamento de outros programas.

Então a nossa proposta, nobres Deputados e Senhor Presidente é que a Assembleia Legislativa, até para dar o pontapé inicial nessa atitude inovadora, venha adotar os softwares gratuitos, os softwares livres, como é o caso do Linux que é o gerenciador de programas, que você adquire sem custo nenhum, e quando falamos em aquisição de softwares, o Governo gasta milhões e milhões de reais.

Existem países em que os órgãos governamentais já não gastam mais com software, porque se utilizam da plataforma Linux.

Essa é a nossa proposta. O que se deveria gastar com programas de computador, que se invista na aquisição de máquinas. Deixe eu tentar ser mais claro, Senhor Presidente. Se a nossa Casa de Leis adquiriu ou vai adquirir 500 computadores, pelo mesmo custo o senhor terá condições de adquirir mil computadores, porque o que se iria investir em programas de computação, em softwares, pode se investir nas máquinas e com uma vantagem, que os programas livres, os softwares free, podem rodar em qualquer máquina, até nas menos modernas, vindo a dar uma economia para o nosso Governo, muito grande. Eis que recentemente o Governador Jaime Lerner, - o qual faço parte da Bancada de Sustentação, - adquiriu algumas centenas de computadores para algumas escolas. Com o mesmo custo, ele hoje, adotando softwares livres pode adquirir o dobro de computadores, podendo atender o dobro de escolas e beneficiar muito mais rápido o nosso Estado.

Aproveito o ensejo para chamar a atenção dos nobres pares e se porventura algum dos senhores quiserem se inteirar mais no assunto, estou aberto ao diálogo, a sugestões, porque vejo e creio, todos nós, podemos beneficiar todo o Estado do Paraná.

Agradeço Senhor Presidente e nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estivemos na sexta-feira passada no Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas do Paraná, num Seminário importante sobre pedágio e tivemos a oportunidade de colocar, naquele Fórum, os dados que a equipe de técnicos por nós contratada que a Bancada da Oposição levantou, o que chocou e muito a platéia que lá estava. Repito: o Senador Osmar Dias logo depois do meu pronunciamento usou da tribuna e disse que não se conformava que a Assembleia Legislativa do Paraná, conhecendo aqueles números, não instalasse uma CPI.

Números que comprovam o superfaturamento e já repeti dezenas de vezes desta tribuna, de 100% e em alguns casos 500% do que o preço real. A radiografia, enfim, do pedágio, fizemos, sintetizamos. As falhas do contrato onde o Governo permite que as empresas concessionárias embutam como parte integrante do contrato a proposta comercial delas, quando, na verdade, quem deveria colocar o estudo no contrato é o Governo que foi o Governo que estabeleceu o valor da tarifa.

A concorrência que ao invés de aceitar que as empresas somassem seus capitais individuais, exigia a média ponderada dos capitais para impedir que as médias empresas se consorciassem entregando os lotes de

rodovias para os grandes grupos econômicos, as grandes empreiteiras nacionais muito conhecidas.

Temos elementos para entrar com uma ação na justiça e assim o faremos. Vamos fazer uma audiência com um Promotor Federal - levando a denúncia com relação ao contrato e sobre o preço das tarifas e das obras. Vamos agir de todas as formas possíveis para impedir este aumento de 116%.

Agora ninguém aqui é ingênuo. Ninguém. Todos sabemos que na política, às vezes, vale mais a aparência do que a realidade. Por isso mesmo não basta termos a verdade em nós, temos que ter força para exprimir essa verdade para a população e isso é o mais difícil.

É por este motivo que uma CPI, nesta Casa, nos daria mais força para passar para o conjunto da população paranaense a verdade que já temos. E mais que isso: com os números que já levantamos, teríamos condições de exigir, tomar depoimentos de empreiteiros e concessionárias; de exigir prestação de contas com notas; com os contratos feitos pelas empresas com as subempreiteiras e teríamos muito mais força para impedir que este aumento acontecesse.

Por isso, com todo respeito que tenho ao Deputado Augustinho Zucchi, o fato dele não assinar a CPI dificulta o nosso trabalho. E a população paranaense sabe disso. Temos e sempre tivemos o maior respeito com os Deputados da Bancada Governista. Inclusive não é de nossa lavra o panfleto que está sendo solto por aí como disse o Deputado Nereu Moura. Agora, não podemos, também, cassar a voz da população que tem suas entidades, que tem sua leitura do mundo da política paranaense.

Por isso venho a esta tribuna pedir não só ao Deputado Augustinho Zucchi mas aos demais Deputados do PSDB e aos demais Deputados desta Casa, que nos ajudem a lutar a favor do povo do Paraná, assinando a Comissão Parlamentar de Inquérito, para que possamos impedir de maneira rápida e eficiente esse aumento absurdo de 116% que está prestes a acontecer no Paraná se nós não nos movimentarmos.

De parte da Bancada da Oposição continuamos nosso trabalho, como disse, vamos sair às ruas, às universidades, às escolas discutir a questão da tarifa, mostra os números que dispomos e vamos trazer os técnicos, nesta Casa, para fazer seu relatório, a Imprensa paranaense, as demais entidades e vamos lutar e temos certeza, esperança que vamos impedir que este absurdo de aumento aconteça agredindo o povo do nosso Estado, o caminhar que tanto sofre e a população de forma geral. Essa é a posição clara da Bancada da Oposição e é neste caminho que vamos trilhar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Inscrito no Grande Expediente, com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Augustinho Zucchi, a quem tenho não somente que declinar o respeito e admiração pela sua trajetória política, pelo seu passado, pelas suas posições presentes e pelo respeito que tenho pela sua conduta enquanto parlamentar nesta Casa. Mas quero dizer que fiz uma reflexão rápida, posso errar na apreciação final, mas acabei fazendo uma reflexão sobre o seu pronunciamento, e depreendo do seu pronunciamento uma essência de meia verdade.

Na realidade, todo norte da sua intervenção, Deputado Augustinho Zucchi, sei que Vossa Excelência deseja o esclarecimento a respeito do pedágio, assim como nós da Oposição desejamos. Mas, a essência do seu pronunciamento tem uma pedra de toque, que é o questionamento de uma das atribuições fundamentais, do Parlamento Brasileiro, e que, a duras penas, na democracia brasileira o Parlamento vem conseguindo aos trancos e barrancos, com muito esforço, com muitos erros, tentaram consolidar essa atribuição do Parlamento no nosso país, que é a atribuição da fiscalização.

Vossa Excelência citou em toda sua fala o problema da CPI, que é uma das prerrogativas, uma das grandes prerrogativas que a Constituição Federal dá ao povo brasileiro e ao Parlamento em todo território nacional.

Ao questionar *en passant*, à CPI fiquei chocado com a última observação que Vossa Excelência fez, de que a CPI do Porto de Paranaguá, que o relator era o Deputado do PT, Florisvaldo Fier, e que teve no seu resultado a recomendação do processo do atual Senador, hoje membro da Oposição, estava lá distribuindo manifestos contra o aumento do pedágio, o atual Senador Roberto Requião. Entendeu o conjunto do seu pronunciamento a mim, me deixou muito triste. Porque a CPI, este instrumento que depois da redemocratização do Brasil, depois que caiu o regime militar, a grande CPI, o grande momento do Congresso Nacional, não foi aprovar a lei de distribuição de renda neste país, não foi aprovar a lei elevando o salário mínimo neste país para dar dignidade para o povo, não foi aprovar a lei para fazer a reforma agrária.

O grande momento do Congresso nesses últimos 15 anos, têm sido os esparsos momentos que o Congresso assume para si com todos os defeitos que têm e com todas as dificuldades que têm o processo de deixar claro para o conjunto do povo os processos relativos que demandam a qualquer investigação pública.

Se não fosse uma CPI, Deputado Augustinho Zucchi, talvez o Brasil ainda estivesse sendo governado por uma quadrilha de ladrões encabeçada pelo Fernando Collor de Mello e pelo Paulo César Farias até hoje.

Se não fosse pela CPI dos bancos, o ex-Presidente do Banco Central, Francisco Lopes, não estaria hoje sendo indiciado pela Polícia Federal, pelo Ministério Público

Federal, pelos crimes que cometeu na condução do Banco Central. Se não fosse pela CPI dos Bancos, os donos do Banco Marca e do Banco FonteCindam não estariam indiciados respondendo a processos e com os bens em indisponibilidade pela Procuradoria Federal. Se não fosse pela CPI do Congresso Nacional nenhum de nós aqui saberia, aliás, talvez, muitos soubessem, mas o Brasil não saberia e nós não teríamos vontade política e força para fazermos valer a lei que um Juiz de São Paulo, o Senhor Nicolau, desviou 250 milhões de dólares para a construção do Fórum Trabalhista no Estado de São Paulo.

Então, se Vossa Excelência rola o exemplo mal-fadado da CPI do Porto de Paranaguá feita por este Poder Legislativo, tenho inúmeros exemplos, com defeitos, com problemas, que a CPI do Porto de Paranaguá feita por este Poder Legislativo, tenho inúmeros exemplos, com defeitos, com problemas, que as CPI's em todo o Brasil estão dando exemplo da vontade do povo de acabar com aquilo que é errado na administração pública do nosso País, são os inúmeros.

Pergunto para Vossa Excelência: por quê a Assembléia do Estado do Paraná não nos deu uma chance, quando por três vezes aqui nesta Assembléia debatemos a necessidade de fazermos uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os problemas decorrentes da administração do Banco do Estado do Paraná? Todos sabemos que a documentação é farta, está no Ministério Público.

E, no entanto, hoje, os paranaenses são os responsáveis por um empréstimo de 5 bilhões de reais, e o Banco será vendido por 500 bilhões de reais, e milhares de funcionários serão demitidos. E sabemos do descabro que aconteceu na BANESTADO Leasing, na Corretora do nosso Banco, duas reuniões secretas com os diretores do Banco que sequer responderam quaisquer coisas para nós, e não tivemos a coragem enquanto Poder, enquanto Parlamento, não tivemos a envergadura moral e ética de naquele momento dizer: é preciso que a Assembléia Legislativa investigue o que está acontecendo com o Banco do Estado. Se tem administrador que está lesando o patrimônio público tem que ser punido. Se aquele contrato está errado, o que estava acontecendo com o Banco?

Deputado Augustinho Zucchi, não foi só em relação ao Banco do Estado o pedido da CPI, foram inúmeros processos que aconteceram ao longo desses cinco anos. Em nenhum momento, com exceção desse, logo depois da vitória da eleição do Jaime Lerner, aconteceram duas CPI's. Uma para investigar o Porto de Paranaguá e a outra da SANEPAR, que participei, de resto nada mais aconteceu. E Vossa Excelência como eu, sabe - e é testemunha - e o povo do Paraná sabe, que os problemas relativos, típicos da necessidade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, porque nada foi apurado, nada foi feito para corrigir, o ex-diretor da Leasing foi promovido para Secretário de

Estado, e o Governador diz que enquanto nada fosse apurado, não poderia culpar ninguém.

Mas, ora! Oitocentos milhões de rombo no Banco do Estado. Hoje, a Promotoria já identificou os responsáveis, já incriminou responsabilmente, já declarou indisponíveis os bens do Neco Garcia, do Francisco Murta Ramalho, que eram os diretores da época. Me pergunto: será que não deixamos de passar o nosso dever e ficamos fazendo de conta que nada estava acontecendo? Vossa Excelência sabe, cada um dos Senhores Deputados, o problema do pedágio, Deputado Augustinho Zucchi, está lógico que não é um problema de aumento, se é 10%, se é 20% ou 30%, a justiça vai dar ganho de causa sempre para as concessionárias. Por quê a justiça vai dar? Porque a base do contrato formulado pela Secretaria de Estado dos Transportes do Estado do Paraná, que são funcionários que recebem salários públicos da Administração Pública do Estado do Paraná, conduziram os estudos, fizeram as planilhas e induziram a erro gravíssimo que compõe superfaturamento que chega a mais de 100%.

Quem é que vai pagar esse sacrifício todo? São os pequenos agricultores da sua região, são os hortigranjeiros aqui da Região Metropolitana, é o conjunto do povo que usa as estradas do Estado do Paraná e alguns grandes empreiteiros saíram ganhando com isso, e talvez alguns funcionários - maus funcionários - saíram ganhando para fazerem um contrato tão lesivo à economia do Paraná. A quem compete investigar isso? O Senhor tem razão, compete ao Ministério Público, compete à justiça, compete àqueles que querem reclamar irem às instâncias que a sociedade tem. Mas me pergunto: não compete a nós? Não compete a nós investigar quais as origens deste contrato que levou a este problema? Faz quase dois anos que vivemos este problema do pedágio no Estado do Paraná. Me pergunto: por quê não fazer uma CPI? Medo do que a Assembléia tem ao se alienar de um direito seu constitucional, que é o de fiscalizar minimamente as ações quando todas as razões, todas as argumentações são evidentes que tem problemas na feitura do contrato e nas bases de cálculo do contrato.

Então, temos que tomar cuidado! Sei que Vossa Excelência está triste e eu também ficaria triste. Mas a sociedade está se envolvendo com a questão do pedágio, como vai se envolver com outras questões. E, ela assistindo que alguns Deputados querem uma CPI, e não é de hoje que vem sendo debatido na televisão, na imprensa, se assusta porque a grande maioria dos Deputados se nega a cumprir o seu dever constitucional, que é investigar, esclarecer, dar transparência.

Veja outro caso, Deputado Augustinho Zucchi: fui eleito presidente de uma Comissão Especial de Investigação sobre o crime organizado para auxiliar a CPI Nacional. Nós, aqui na Assembléia identificamos alguns problemas macros do crime organizado no Estado do Paraná. Lavagem de dinheiro, Foz do Iguaçu, problemas de toda ordem na Polícia Civil, em todas as cidades, temos relatos tenebrosos da participação de policiais em

Foz do Iguaçu, de delegados, em Arapongas, Apucarana, Pato Branco, temos relatos de coisas graves que acontecem em Londrina, em Curitiba e Região Metropolitana. Sabemos mais ou menos como está se organizando o tráfico de drogas aqui no Paraná, como são as rotas, quem são os grandes empresários, que não são empresários de verdade, são traficantes, porque exercem uma atividade criminosa.

Por trás do uso da cocaína e fumo da maconha, está se organizando uma atividade criminosa que tem por trás uma metralhadora, uma escopeta. Cenas de assassinato que estão acontecendo, Deputado Augustinho Zucchi, na Inglaterra são sete homicídios por ano; em Curitiba e Região Metropolitana são 40 assassinatos num final de semana e estão aqui o Ricardo Chab, o Alborghetti, Carlos Simões, Algaci Tulio, que são radialistas e conhecem. E, tudo isso acontece em função do tráfico de drogas e outras coisas.

Aí, quando vem a CPI para cá, vai colocar o dedo na ferida, a CPI Nacional tem relações do tráfico de drogas com o resto do Brasil e aí começa a ter problemas. Como pode? A Assembléia Legislativa do Paraná vai fechar os olhos? Vamos ficar calados?

São trezentas escolas em Curitiba e Região Metropolitana. Todas elas são ponto de venda de drogas. A classe média vai pegar o dinheiro que o pai dá de mesada, mas agora, na grande periferia das escolas de Curitiba, que tem 80% da juventude de 12 a 17 anos, o pai não tem um tostão furado. Sabe como eles se organizam para pegar 10 reais e comprar uma pedra de craque? Pegam um canivete e assaltam o sorveteiro. A juventude inteira está com uma janela aberta para não só ter a experiência cultural da droga, que é um problema do mundo cultural de hoje, mas para romper com todos os valores que construímos e é isso que queremos para o nosso Estado, nosso País? Não é isso. Isto é um debate aberto, mas vamos ter que cumprir o nosso papel. Vamos ter dificuldade? Vai ser doído? Mas vamos ter que cumprir o nosso papel.

As atividades criminosas têm que parar do jeito que estão. Estão perspassando as instituições da sociedade. Estão com um braço no Ministério Público, com braços no Poder Judiciário, estão com braços nas Câmaras de Vereadores, com braço profundo na Polícia, na área de segurança, porque é quem pode lhe fazer o combate direto e envolve muito dinheiro. O que nós vamos fazer, nós aqui da Assembléia? Vamos colaborar com a CPI Nacional, vamos ficar calados, vamos fazer de conta que nada existe, ou vamos ajudar a desbaratar um pouco essas grandes quadrilhas?

Acho que esse é o nosso papel, para isso uma CPI, uma Comissão Parlamentar, investigação de inquérito, para ajudar nesse procedimento. A mesma coisa o pedágio, a mesma coisa, o problema não é se o Lerner, não é o problema do Governador Jaime Lerner, o problema é o seguinte: tem um contrato que a Secretaria de Transportes fez com bases falsas, e está provado que induziram

ao preço pedágio final. Quero perguntar qual o funcionário que fez isso, sobre qual base? Tem que vir aqui explicar para nós.

O Sr. Augustinho Zucchi

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Vanhoni tem o respeito dessa Casa, além da sua atuação Parlamentar por ser um bom orador, eu considero Vossa Excelência um ótimo orador. O seu pronunciamento é amplo, mas o pronunciamento que fiz foi justamente para não incorrer na sua acertiva, eu quero pegar a acertiva do Deputado Péricles quando da intervenção dele no seminário, no fórum, de longe Deputado Vanhoni eu tenho qualquer restrição a organização da sociedade, a qualquer tipo de panfleto, a qualquer colocação, em absoluto, faz parte da democracia, e concordo com Vossa Excelência: um dos maiores instrumentos que tem o Poder Parlamentar é de investigação. Mas eu me apego às palavras do Deputado Péricles, qual a lógica da acertiva que fez o Deputado Péricles, se há fatos que estão comprovados no contrato, não precisa investigar, está comprovado: se anulação do contrato não tem porquê fazer negociação de preço.

É o que eu disse, se queremos, e a oposição quer insistentemente, e é um direito legítimo, certo, faz parte, muito mais do que a obrigação do que o embate político faz parte da oposição querer a CPI, se precisa da participação dos demais deputados, de nós aqui da situação, até porque não é só instalar Deputado Vanhoni, a CPI precisa da indicação dos membros de cada Partido, e aqui os Partidos que dão sustentação ao Governo terão que necessariamente fazer a indicação se fosse o caso de uma CPI. O que estou dizendo que se coloca a vertente da meia verdade, uso as suas palavras, de que a CPI resolveria o problema do pedágio no Paraná, que hoje não é mais um problema do Paraná, para a população; e aí também outra meia verdade, é de que as entidades falam por si, falam obviamente, mas o poder Político tem a responsabilidade de dar o norte daquilo que está fazendo.

Se vamos fazer uma CPI, estou colocando desta forma Deputado Vanhoni, se se instala a CPI aqui nós não podemos instalar a CPI numa verdade que não existe, de que poderia resolver definitivamente o problema do pedágio. Agora, se realmente se coloca as razões, como Vossa Excelência está colocando, da instalação da CPI, é legítima a sua defesa, não há problema nesse sentido. O que eu estou dizendo é que se mandam para todo o Paraná, se coloca para todo o Paraná como os deputados da base do Governo são contra a CPI e a favor do aumento do pedágio, porque seria, é um contra-senso imaginar que algum deputado vá assinar a CPI, por quê? se está sendo taxado para a população que ele é contra, que ele está mancomunado com empresas, que ele faz parte de um esquema todo que não quer abrir a caixa preta do pedágio. Essa, a vertente do meu pronunciamento Deputado Vanhoni e que me disponho a discutir.

Agora, Vossa Excelência não tenha dúvida de que o fórum, a participação da oposição, tudo o que for possível em termos da mobilização da população é um direito legítimo, líquido, certo que faz parte obviamente, graças a Deus, e nós temos esse instrumento pela redemocratização que houve no País. Então, gostaria de dizer a Vossa Excelência que não há similaridade com relação, veja bem, nem é uma CPI, Vossa Excelência preside aqui a comissão especial que está em muito auxiliando a questão no narcotráfico, a questão da CPI que existe a nível Nacional, concordando com Vossa Excelência com relação aos objetivos que pretende se alcançar, mas desde que isso seja colocado claramente à população.

O que coloco em dúvida Deputado Vanhoni, me entenda por favor, conversei com o deputado, hoje, pela manhã, e de que a vertente, de verdade, que está sendo dada à população é de que senão assinar a CPI - 116% de aumento e foram os deputados a base do governo - não, pelo seguinte: se pretende-se fazer uma CPI, precisa-se de uma conversação. Esse é um parlamento, tem que se “parla”, na origem da palavra, que vem da origem de grandes deputados, aqui. Temos que conversar, chegar a um entendimento e verificar qual é a possibilidade.

Agora, desta forma, acho que podemos frustrar a população, no sentido de, quem sabe, não alcance o resultado, que está sendo dado para a população, como certo, da instalação da CPI.

É só essa a vertente do meu pronunciamento. No mais, concordo com Vossa Excelência na sua exposição, especialmente, nesse trabalho com relação à questão do narcotráfico, que é importante e fundamental, não só para esse Parlamento, mas para todo o País.

Obrigado, pelo Aparte deputado.

O SR. ÂNGELO VANHONI

De nada.

Além disso, senhores Deputados, quero dizer para os Senhores, que no dia de ontem, no Estado de São Paulo, são quatro páginas, fala a respeito da cidade de Londrina. A cidade de Londrina passa pelo maior escândalo vivido dos últimos anos. Não tinha conhecimento de toda a envergadura do problema que estava em Londrina. Sabia que tinha algumas entidades que pediram o “impeachment” do prefeito Antônio Belinati. Li, hoje, na “Folha de Londrina”, que ele não será mais candidato. Mas as denúncias contidas no Estado de São Paulo são gravíssimas e, infelizmente na Assembleia Legislativa também. Quando discutimos da COPEL e da SERCOMTEL, em função da compra das ações da SERCOMTEL pela COPEL, porque houve um desvio de 26 milhões de reais.

Hoje, estamos sabendo onde foram parar os 26 milhões de reais, em função das investigações que o Ministério Público vem fazendo na Assembleia, em Londrina. No entanto, tem uma notícia, que acho que não vai

restar outra alternativa à Assembleia, de começar a debater a criação da CPI da COPEL, da venda das ações e para onde e como foi esse dinheiro.

“A Assembleia criou e extinguiu CPI em 48 horas”. Falam aqui de três depósitos, num montante de 3,4 milhões de reais, que foram depositados em contas de empresas fantasmas, três a quatro dias depois, que foram retiradas as assinaturas daquela CPI, que votamos, aqui, na Assembleia Legislativa. A alusão direta da matéria é que esse dinheiro foi em troca da desistência da CPI naquele momento. Além disso, a matéria do Estado de São Paulo faz referência que o Governador Jaime Lerner fez empenho, na época, junto com o ex-presidente, Deputado Anibal Khury, para não ter a CPI. Depois, têm as palavras do Secretário Cândido Martins de Oliveira, dizendo que o Jaime teria dito que não iria interferir no problema da Assembleia. No entanto, ao governador sair de uma reunião, onde estavam os deputados do governo, disse claramente que era contra a CPI, porque poderia atrapalhar a venda das ações da COPEL.

O governador do Estado do Paraná, ao tomar conhecimento de que uma compra de 146 milhões de uma empresa do Estado do Paraná, a SERCOMTEL, envolvendo a COPEL, têm denúncias de que essa compra teve um desvio de dinheiro, na ordem de 26 milhões e o governador se ampara na possível venda da COPEL, para não querer apurar essas irregularidades, não acredito que o governador tenha pensado nisso. Acho, que o que fortalece a COPEL e o que fortalece a sua imagem, perante a sociedade é exatamente a transparência dos seus atos, porque ela é uma empresa pública, não é desse governo, foi construída pelo suor e pelo sacrifício de todos os paranaenses, com mais de 70 anos. Por isso, é grave a denúncia. Já identificaram a empresa no Uruguai. Já identificaram as duas corretoras

O SR. ÂNGELO VANHONI

... as duas corretoras, no Rio de Janeiro, já identificaram a empresa em São Paulo e Curitiba, por onde o dinheiro passou, o processo é grave!

Eu acho que a Assembleia Legislativa tem que retomar a CPI da SERCOMTEL, porque envolve a empresa de energia elétrica do Estado do Paraná, que depositou dinheiro diretamente na conta do Banco Fontecindam, este mesmo banco que está envolvido com um rombo de um bilhão e quatrocentos em função do que aconteceu no desequilíbrio entre o dólar e o real, no começo do ano passado, no final do outro ano.

É grave a denúncia, nós não podemos fazer de conta que não existe, a denúncia existe, envolve a Assembleia Legislativa, que não fez a CPI, naquele momento.

O Presidente, na época não manteve a CPI, a Bancada da Oposição entrou na Justiça, pediu liminar, não consegui a liminar, o processo corre até hoje, corre até hoje, Senhor Presidente.

E agora estamos vendo para onde foram os 26 milhões. O desvio, segundo as contas, pode chegar a 200 milhões de reais, na prefeitura de Londrina e envolve recursos do povo do Paraná, não envolve recursos apenas dos contribuintes de Londrina, envolve recursos do povo do Paraná porque são oriundos da compra das ações pela COPEL.

Pode me passar pela cabeça e toda a suspeição agora é válida, toda a suspeição, diante dos fatos relatados, diante das evidências das provas, qualquer suspeição, agora, é válida. Há depósitos, há contas, há empresas fantasmas, há o Banco FonteCindam, um banco que foi liquidado, foi fechado, está sob suspeição nacional! E há o endereçamento de denúncias dizendo 3,4 milhões, com 3 depósitos, foi coincidentemente logo após a desistência dos Deputados de consignarem as suas assinaturas no pedido de CPI.

Me pergunto, como fica nossa imagem, perante a sociedade, depois dessas notícias?

Concedo o aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Vanhoni ouço as suas palavras e ouço interpretando onde Vossa Excelência está querendo chegar com toda essa situação.

Ouvi atentamente o seu pronunciamento no Congresso Nacional.

Quero dizer, francamente, para Vossa Excelência que não gostei da forma com que Vossa Excelência se referiu, no Congresso Nacional.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Diga por que?

O Sr. Valdir Rossoni

Já vou dizer, Vossa Excelência pode ficar sossegado, porque Vossa Excelência insiste em falar em CPI, e generalizar, colocar todas as pessoas no mesmo caldeirão.

E isso, quando a pessoa generaliza, ela comete, certamente, injustiça com alguém, e não gostei do seu posicionamento no Congresso Nacional. Quero dizer a Vossa Excelência...

O SR. ÂNGELO VANHONI

Diga por que, seja mais claro Vossa Excelência seja mais claro, vamos bater agora um papo de verdade aqui, não gostou, diga por que?

O Sr. Valdir Rossoni

Porque Vossa Excelência tem o costume de generalizar de quando fala, fala generalizando.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Mas diga o que, diga o que eu disse, generalizando que o Senhor não gostou? Não vamos deixar subterfúgios, Vossa Excelência diz que não quer que eu generalize e vem fazer generalizações em cima da minha afirmação.

Vamos debater francamente aqui, homem para homem, Deputado para Deputado, diga por que o Senhor não gostou...

O Sr. Valdir Rossoni

Se Vossa Excelência me conceder o aparte eu concluo...

O SR. ÂNGELO VANHONI

No calor do debate eu concedo.

O Sr. Valdir Rossoni

Quando Vossa Excelência fala na questão SERCOMTEL...

O SR. ÂNGELO VANHONI

Não vamos esgotar o negócio do Congresso Nacional.

O Sr. Valdir Rossoni

Agora Vossa Excelência não pode me pautar no meu aparte....Devolvo o aparte a Vossa Excelência e farei uso do horário da Liderança do Governo.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Não quero mais discurso agora, quero um debate franco.

Topo um debate franco. Diga o seguinte: Deputado Vanhoni, o senhor generalizou o que: conta CC5 generalizei? Tráfico de drogas? As denúncias estão lá, os depoimentos estão lá. É secreto. O senhor cobre da CPI nacional. Aliás virá aqui e o senhor vai assistir.

Agora, não fiz denúncia de ninguém. Falo da conta CC5 e é verdade. Falo dos depoimentos que colhi do tráfico de drogas e é verdade. Direi os nomes quando tiver condições de provar e pôr as pessoas na cadeia. O que o Sr. acha que eu generalizei? Que Foz do Iguaçu é uma terra sem lei? Que tem problemas na Polícia Civil? Converse com o seu Secretário de Segurança, peça o dossiê que a Câmara dos Vereadores de Foz do Iguaçu enviou para ele? Leia o Sr. o dossiê de 500 páginas.

Quer bater um papo franco? Vamos bater. Não tem problema. O dossiê foi entregue à Secretaria e não para mim. Recebi apenas cópia. Vá conversar com os delegados da Polícia Federal de Foz do Iguaçu. Pegue o relato do Procurador de Foz do Iguaçu. Veja qual é a situação daquela cidade. Dos problemas relativos a tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e todo tipo de criminalidade.

Agora, não venha fazer acusações a meu respeito. Faça e diga o que está querendo dizer. Vossa Excelência está sendo leviano dizendo que faço acusações genéricas que incubro não sei o que.

Escuta, no Paraná não tem desvio de dinheiro da conta CC5? O Sr. sabe que tem. O Sr. sabe. Não vamos esconder as coisas. Vamos deixar tudo claro neste microfone, na imprensa, onde for possível, desde que tenhamos

condições de provar. E aquilo que falo tenho condições de provar. Quer saber sobre a Polícia Civil? Pegue o relatório com o seu Secretário sobre Foz do Iguaçu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Horário das Lideranças.

Consulta as lideranças do PFL, PTB, PSB, PST, PSDB, PDT.

(**Declinam**)

No Horário da Liderança do PMDB concedo a palavra ao Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Usamos a palavra hoje para posicionar o PMDB pelas graves denúncias publicadas no jornal “Folha de São Paulo”, e com repercussão no dia de hoje.

Aliás, Senhor Presidente, a Assembléia não pode ficar omissa com relação a essa denúncia. Como disse o Deputado Ângelo Vanhoni a Assembléia Legislativa foi atingida no contexto da notícia.

Vossa Excelência como Presidente deste Parlamento e que tem se portado de forma serena, tranqüila e exemplar não poderá permitir que este Parlamento seja motivo de uma denúncia tão séria, grave e de repercussão no Brasil inteiro.

Subo à tribuna em nome do PMDB para encarecer a Vossa Excelência e junto com as lideranças deste Poder possamos descobrir um caminho.

Um caminho que não dê margem ao proselitismo.

Mas que possamos tranqüilamente defender este parlamento, porque a denúncia é grave e muito séria.

Nós da Oposição temos uma linha definida com relação a este problema.

Enquanto o problema é localizado na cidade de Londrina, achamos que cabe a Câmara Municipal de Londrina averiguar toda a relação, o elenco de denúncias que o Ministério Público tem descoberto junto com a Câmara Municipal de Londrina, mas o problema é que o assunto foge da alçada de Londrina, porque ele tem origem exatamente numa decisão do Governo Jaime Lerner, quando determinou que a COPEL, no mês de maio de 98 fizesse a compra de 45% das ações do SERCOMTEL. Se o fato somente do Governo do Paraná através da COPEL comprar 45% do SERCOMTEL no mês de maio já nos causava espanto, por que a COPEL, uma empresa de energia elétrica, por que a COPEL teria algum interesse de comprar ações do SERCOMTEL, uma empresa de telefonia de Londrina? Qual é o interesse da COPEL, estratégico nesta empresa?

São interrogações que nos vêm à mente, que povoam a nossa mente. Precisariamos saber exatamente quais foram as intenções do Governo Lerner, quando determinou que a COPEL comprasse os 45% do SERCOMTEL. Alguém poderá dizer: “Mas o Lerner não sabia disso porque a COPEL é uma entidade autônoma

de economia mista”. Alguém poderia até dizer isso e nós queremos descobrir e podemos até acreditar que o Governador do Paraná não sabia que a COPEL estaria gastando 186 milhões de reais para comprar 45% das ações do SERCOMTEL e a Assembléia Legislativa assinou a CPI.

Nós da Oposição, na grande maioria, não assinamos, porque gostaríamos de participar de um processo que para nós tivesse a origem calçada em cima de sinceridade e nós dissemos aqui neste Parlamento que não iríamos fazer parte de nenhum circo e para a nossa surpresa, dois dias depois a CPI extinguiu-se. Acabou a CPI. Então nós agora achamos, como aquela época já entendíamos, que não há outro caminho senão assumirmos por inteiro, a nossa responsabilidade, de investigarmos a relação da COPEL com a prefeitura de Londrina, através do SERCOMTEL.

O povo do Paraná quer saber qual é o interesse da COPEL no SERCOMTEL. Qual é o interesse estratégico desta companhia que trata de energia elétrica em comprar ações de uma companhia que trata de telefonia?

Precisamos descobrir além desse fato, todo esse amontoado de denúncias que pipocam todos os dias, dizendo que houve trambique, maracutaia, que houve má intenção nessa negociação.

Para finalizar, Senhor Presidente, em nome do PMDB quero fazer um apelo a Vossa Excelência, como Presidente deste Parlamento. Acredito que todos os Deputados que aqui estão, Deputados sérios, Deputadas sérias, não querem ver os seus nomes envolvidos nesta denúncia grave que repercute no Brasil inteiro. O próprio Governador Jaime Lerner fez uma nota à imprensa explicando, tentando explicar o envolvimento do seu nome neste nebuloso processo e é evidente que a Assembléia não pode ficar quieta e calada. A Assembléia Legislativa precisa se posicionar e eu quero fazer um apelo a Vossa Excelência. e à Mesa Executiva da Assembléia, para que de forma tranqüila, serena, ouvindo as idéias, se for o caso das Lideranças, possamos nos posicionar para que não paire dúvida sobre nenhum Parlamentar que compõe a Assembléia Legislativa do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Edgar Bueno no Horário das Lideranças de Oposição.

O SR. RICARDO CHAB (Questão de Ordem)

Só gostaria de fazer registrar, nesta Casa, uma pesquisa publicada pela Revista “Isto É”, de hoje, que circula nas bancas, traz um encarte que diz: “Avaliação Dos Prefeitos: Rio Grande do Sul e Paraná”. Vou ler apenas um trecho, já que a reportagem é longa, até para deixar registrado nesta Casa. Diz aqui: “O problema de Lerner, agora, é manter sua hegemonia na administração da capital. O governador começou sua trajetória política na Prefeitura de Curitiba, já fez como sucessores o Ministro

Rafael Greca e o atual Prefeito Cássio Taniguchi. Ele pode perder o seu tradicional reduto político. De acordo com a pesquisa BRASMARKETING prossegue aqui a revista “Isto É”, se as eleições fossem hoje Taniguchi não se reelegeria. Como principais lideranças na região estão o Senador Roberto Requião e o Deputado Estadual Ricardo Chab do PTB”.

Prossegue a notícia, dizendo o seguinte: “Nas últimas eleições municipais o PTB se coligou com o PFL para eleger Taniguchi, mas, a dobradinha não está confirmada em 2000. “Há um box que trata também dessa pesquisa que eu faço questão, aqui, de deixar nos Anais da Casa porque até eu fui tomado de surpresa. Diz aqui o seguinte: “Que apesar de ser o segundo no ranking das grandes cidades, o prefeito Cássio Taniguchi não se reelegeria. Foram identificadas outras Lideranças como Roberto Requião e Ricardo Chab”.

Isso, Presidente, o Senhor é do meu partido, isso me encoraja a sair candidato a prefeito nas próximas eleições. Era isso que eu queria deixar, porque as vozes estão aí, as pessoas nas ruas e soube agora, através de um telefonema, que o índice de espontâneos nesta pesquisa, não é o índice espontâneo na pesquisa maior do que Senador Requião. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não cabe a Questão de Ordem, mas cabe os cumprimentos de toda esta Casa.

O SR. EDGAR BUENO

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Hoje venho nesta tribuna para fazer uma defesa do Parlamento porque eu acredito no Parlamento. Nós, realmente, precisamos trabalhar para que o Parlamento reconquiste a credibilidade necessária. Quando há omissão do Parlamento a sociedade se organiza e aí haverá o surgimento dos fóruns de debates, fóruns de pedágio, enfim, a sociedade se organiza porque ela sente que o Parlamento não corresponde com aquilo que ela deseja que o Parlamento represente. Então se cria na sociedade outras forças, quando, na verdade, as forças políticas que representam a população nascem no Parlamento. É do Parlamento que vamos ter a defesa dos direitos do cidadão.

Então faço esta defesa mas conclamo a todos os deputados para que não se omitam em questões importantes do nosso estado e dos nossos municípios.

Além de fazer a defesa do nosso Parlamento, também quero lembrar aos srs. parlamentares, que me cabe defender a imagem do Estado do Paraná.

Senhor Presidente, vamos voltar há duas semanas à matéria da Revista “Isto É”. Que através de pesquisa, de levantamentos da Promotoria Pública, do Ministério Público condenam este que nós mandamos para Brasília como um dos brilhantes representantes deste estado o Deputado Federal Rafael Greca.

Ora, Senhores Deputados, hoje esses acontecimentos denigrem a imagem do Paraná. O Ministro Greca tem culpa ou não tem culpa? De qualquer maneira já está afastando os principais assessores e todos oriundos do Paraná. E para tristeza de todos nós, além desta mancha que fica através de Ministério conquistado pelo Estado do Paraná, mais uma mancha num grande jornal de circulação nacional, “O Estadão de São Paulo”, marca a corrupção no Estado Paraná e principalmente na Cidade de Londrina.

Diz o promotor nessa reportagem, o Promotor da PIC, Promotoria de Integrações Criminais, Clóvis Sotero: “Que jamais neste Estado foi vista uma corrupção de tamanha monta.” E o Poder Legislativo é ou não é responsável por isso que está acontecendo? Claro que é. A Câmara Municipal de Londrina se omite, é “Laranja”, não quer ir em busca da verdade e dos fatos. E a Assembléia Legislativa, Senhores Deputados, para a tristeza nossa, está aqui estampada em manchete no Estadão de São Paulo. E a matéria diz o seguinte:

“A Assembléia criou e extinguiu CPI em 48 horas. No dia seguinte, 3, 4 milhões apareceram em contas de 5 empresas fantasmas. Londrina, conforme mostrou a imprensa na época, o Governador Jaime Lerner empenhou-se pessoalmente para que a Assembléia Legislativa do Paraná não investigasse a compra de 45% das ações da SERCOMTEL, pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica, COPEL, e o pagamento da dívida de 47 milhões do Banco FonteCindam. Apesar da resistência do Governador, a Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI, foi instalada no dia 24 de maio. Dois dias depois, no entanto, os deputados a extinguiram, no dia seguinte foram depositados 3,4 milhões nas contas de 4 empresas fantasmas de Curitiba e uma de Londrina, conforme comprovante em poder do Ministério Público”.

Não vou ler o resto porque é lamentável estarmos hoje, direta ou indiretamente envolvidos numa reportagem nacional que denigre o Estado do Paraná, denigre a Cidade de Londrina, e que direta ou indiretamente envolve os Parlamentares do Estado do Paraná.

Senhor Presidente, é lamentável trazermos este assunto hoje neste Parlamento, mas é necessário porque chamo mais uma vez a atenção, os Parlamentares não podem omitirem, porque no momento em que se omitem, a sociedade organizada assume o seu papel, e é isso que precisamos resgatar, se ouve muito e de muitos o desejo e o interesse em resgatar a dignidade política e principalmente do parlamento Brasileiro, mas é nessas horas que temos que mostrar à que realmente viemos e quais os compromissos que temos com a sociedade paranaense.

O Sr. José Maria Ferreira

Deputado Edgar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esta questão que se coloca vai ser mais profunda, e aí é necessária a necessidade da Assembléia tomar um posicionamento, porque o que se está fiscalizando em Londrina são mais de 212 contratos forjados,

empresas fantasmas que não existiam, serviços que não foram feitos, que não foram entregues, enfim, é uma verdadeira arapuca que montaram sobre o erário público em Londrina e vai ter reflexos porque a Promotoria já está com dados do Estado de Goiás, de Minas, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, do Uruguai e de um país do Caraíba. Já tem o rastreamento dos cheques dos recursos, e isto evidentemente se não tomarmos uma medida, a própria Assembléia será atingida na sua imagem, na imagem daqueles que aqui assinaram, por exemplo, fui um dos Deputados que assinou a CPI, juntamente com a Bancada do PT, Deputado Ângelo Vanhoni, Deputado Péricles, Deputado Irineu Colombo e o Deputado Rosinha, e 19 Deputados retiraram a assinatura. É uma questão que inclusive para esses 19 começa a criar uma situação de constrangimento. E daí a importância dessa abertura de CPI, porque inclusive evitaria de estarmos jogando na vala comum companheiros nossos que estão aqui, porque amanhã vão fazer o levantamento de quem assinou, de quem retirou e o rastreamento. Então, há uma necessidade de verificar e a Mesa tomar uma iniciativa, porque manchado está, precisamos ver como é que haveremos de fazer isso, e o primeiro passo é a abertura da CPI da COPEL, da SERCOMTEL.

O SR. EDGAR BUENO

Meu caro Deputado José Maria, isso reforça mais uma vez o meu argumento de que a Promotoria Pública e a Organização da Sociedade está tomando o papel e a função dos Parlamentares. Se os Parlamentares não agem, outros órgãos da sociedade se criam, se fortalecem e agem em defesa da sociedade.

Com referência ao panfleto do IPVA, todos sabem e não há aqui nenhuma preocupação de esconder, a Associação dos Caminhoneiros do Paraná é que publicou aqueles panfletos, não nasceu da Oposição, tanto é verdade que até o nome de um Deputado está errado. Não nasceu de nenhuma atitude, de nenhum, estou garantindo aqui pelos 14 Deputados da Oposição que nenhum publicou e nem estimulou a publicação dos panfletos que mostram os Deputados que votaram a favor do IPVA.

Esse panfleto não tem nada, absolutamente nada a ver com o panfleto da CPI do Pedágio. E falando em pedágio, Senhores Deputados, é importante ressaltar aqui que as empresas que cobram o pedágio hoje no Estado do Paraná nem querem esse aumento. Por que elas não querem esse aumento? Porque, primeiro, não tendo aumento elas não precisam fazer nenhum tipo de investimento. Segundo, elas sabem, tem a certeza de que aquela medida arbitrária do Governador, em véspera de eleição, diminuindo 50%, aquela medida será ganha na justiça. E as empresas que pedagam o Estado do Paraná além de não terem que fazer as reformas, os investimentos ainda sabem que vão embolsar, e com isso vamos atrasar mais uma vez o desenvolvimento do Estado do Paraná por uma medida política, oportunista de véspera de eleição.

Então, venho nesta tribuna, Senhor Presidente, os Parlamentares que me antecederam, aliás, foram muito bem em suas explicações, eu vim mais no sentido de defender o nome do Estado do Paraná e outros estados da federação, e também defender a imagem deste Parlamento que foi respingada ao receber uma acusação tão cruel como essa para desmontarem a CPI da SERCOMTEL.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Horário da Liderança do Governo.

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não faria uso da tribuna hoje, mas quando pedi o aparte ao ilustre Parlamentar Ângelo Vanhoni não tive a oportunidade de colocar claramente o que eu gostaria de dizer.

Inicialmente, iria dizer ao Deputado Ângelo Vanhoni que quando se envolver a COPEL com a SERCOMTEL, eu tenho aqui em mãos, e isso foi fornecido pela COPEL já há muito tempo, sobre a transação feita pela COPEL com a SERCOMTEL, como foi feita. Agora, a COPEL não pode responder como foram aplicados esses recursos. Era essa explicação que eu queria dar a Vossa Excelência. Quando falei em generalização, Deputado Ângelo Vanhoni, e espero que Vossa Excelência não se irrite porque eu também não gosto de me irritar porque senão eu me estresso muito, quero dizer a Vossa Excelência que o grande erro de Vossa Excelência quando disse em generalizar foi quando foi citado aqui de que tem um deputado envolvido com o narcotráfico. Se isso não foi generalizar o que que é? Se tem um deputado aqui envolvido com o narcotráfico vá à tribuna, cite o nome e mostre as provas; porque senão até Vossa Excelência está sob suspeita. Isso não é generalizar, isso é falta e responsabilidade. Vossa Excelência sabe, tenho pelo senhor e pelo seu trabalho muito respeito, mas quando quis falar em generalização Vossa Excelência entendeu muito bem o que é que eu quis dizer. Todos os deputados estão se perguntando aqui quem é o deputado envolvido.

Outra questão Senhores, se isso não for generalização, tem 200 policiais envolvidos, se tem vamos citar os nomes para salvaguardar aqueles que não estão envolvidos, porque a grande maioria não está envolvida. Se tem Juízes envolvidos como dizem, dizem que tem dois Juízes, três Juízes, não sei quantos Juízes, vamos citar os nomes deles, vamos trazer as provas. Está aí uma comissão formada, porque senão todos ficam sobre suspeita.

Este era o aparte que eu queria fazer ao meu caro amigo Deputado Ângelo Vanhoni, não era nada mais do que isso.

E quero dizer quando a questão da CPI do pedágio. Agora liguei para o Secretário de Transportes. E nós vie-

mos aqui há mais de um ano e meio dizendo aos Senhores Deputados de que toda a documentação, que foi iniciada diga-se de passagem pelo Secretário Deni Schwartz, todo o estudo disto foi feito, capitaneado pelo Secretário Deni Schwartz, numa segunda etapa, na hora da licitação, foi feita pelo atual Secretário. E nós temos invocado, pedido aos Senhores Parlamentares que se têm dúvida vão à Secretaria de Transportes, está lá toda a documentação disponível. E outra questão, nós estamos travando uma luta no Paraná para não aumentar o pedágio, me parece ser a luta da oposição também. Mas quem é o dono dessa luta para não aumentar o pedágio? O Governador Jaime Lerner. A justiça determinou o aumento. O Governador agora novamente a justiça derrubou a liminar. O Governador está fazendo um esforço muito grande para que esse aumento não aconteça porque esse aumento inviabiliza o transporte de cargas no Estado, principalmente o transporte de carga.

E outra questão, é importante que se diga aqui, se o pedágio, e é por isso que está acontecendo o erro, e acredito que aí é que está o ponto fundamental, se for tratado, e disse bem o Deputado Nereu Moura ao Deputado Augustinho Zucchi quando estava na Tribuna: isto é uma questão política. Deputado Augustinho Zucchi. Enquanto essa questão for tratada como uma questão política para ser chamados holofotes da televisão e dos meios de comunicação certamente nós não encontraremos a melhor solução para essa questão.

Era isso Senhor Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se à Ordem do Dia

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, vai do seu entendimento...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há questão de ordem. Vossa Excelência sabe disso, numa hora dessas depois de encerrado o espaço dos oradores.

Vossa Excelência teria todas as condições de ter solicitado um aparte ao Deputado Rossoni...

O SR. ÂNGELO VANHONI

Não entendo Vossa Excelência, quero desfazer um mal-entendido.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, senão terei que pedir uma Questão de Ordem e ficaremos aqui.

Teremos a oportunidade amanhã.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero deixar bem claro a Vossas Excelências: a Mesa Executiva tomará as medidas, providências, para que em momento algum, quem quer que seja, macule a imagem desta Casa.

Vamos olvidar todos os esforços para que isso aconteça, sempre a bem da verdade.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Tony Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do Sr. Deputado Miltinho Puppio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Baratter, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 601/99, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva, Recreativa e Cultural 19 de Julho (SERC 19 de julho), como sede e foro no Município de Itaipulândia. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 259/99, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Jesuítas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 539/99, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar lote de terreno conforme específica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 591/99, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que altera o *caput* do Artigo 1º da Lei nº 12.612, de 12 de julho de 1999, que deu nova redação ao *caput* do Artigo 1º da Lei nº 11.353, de 14 de março de 1996. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 595/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Guaratuba. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 624/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rosário do Ivaí, com sede no Município de Rosário do Ivaí e foro no Município de Grandes Rios. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 636/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública o Instituto Maringaense de Reintegração Social Imares, com sede e foro no Município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 605/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera a redação da Lei nº 6.102, de 27 de maio de 1970, que criou o Fundo Especial de Reequipamento Policial - FUNRESPPOL. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Em Discussão (Publ. no D.A. nº 178, de 24.11.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 605/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo alterar a redação da Lei nº 6.102, de 27 de maio de 1970, que criou o Fundo Especial de Reequipamento Policial - FUNRESPOL.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.12.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
BETO RICHA - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 112 de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia de hoje, do Projeto de Lei nº 605/99. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 605/99 por uma (01) sessão.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Pela Ordem, Senhor Presidente?

(Assentimento)

Inscрева-me nas Explicações Pessoais, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Sobre a mesa, Requerimento nº 101, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 102, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 103 e 105, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 106 a 111, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 113, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 116 a 121, de autoria do Sr. Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 126, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em Explicações Pessoais concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, se o Deputado Valdir Rossoni não vai ouvir me inscrevo amanhã, no Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 22, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 070, 078, 130, 163, 273 e 505/99.

Levanta-se a sessão.

Atos da Diretoria Geral:

Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no Artigo 14 da Lei 12825 de 28 de dezembro de 1999

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 004/2000 - DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei 12825 de 28 de dezembro de 1999, nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Valor
31900100	9000	<u>10.000,00</u>
TOTAL		10.000,00

ACRÉSCIMO DA DESPESA:

Código	P/A	Valor
31900900	9000	<u>10.000,00</u>
TOTAL		10.000,00

PORTARIA Nº 005/2000 - DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei 12825 de 28 de dezembro de 1999, nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Valor
33903600	2000	<u>130.000,00</u>
TOTAL		130.000,00

ACRÉSCIMO DA DESPESA:

Código	P/A	Valor
33903300	2000	<u>130.000,00</u>
TOTAL		130.000,00

PORTARIA Nº 006/2000 - DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei 12825 de 28 de dezembro de 1999, nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Valor
31900300	2000	<u>2.822.250,00</u>
TOTAL		2.822.250,00

ACRÉSCIMO DA DESPESA

Código	P/A	Valor
31900300	9000	<u>2.822.250,00</u>
TOTAL		2.822.250,00

Gabinete da Diretoria Geral, 21.01.2000.
(aa) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Visto:

Deputado HERMAS BRANDÃO
1º Secretário